



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE ARAÚJO

**EVIDENCIAÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DAS COMPANHIAS
DE CAPITAL ABERTO: UM ESTUDO DE CASO NA COMPANHIA
SIDERÚRGICA NACIONAL NOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS
DE 2008 E 2009**

**SOUSA - PB
2010**

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE ARAÚJO

**EVIDENCIAÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DAS COMPANHIAS
DE CAPITAL ABERTO: UM ESTUDO DE CASO NA COMPANHIA
SIDERÚRGICA NACIONAL NOS DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS
DE 2008 E 2009**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientadora: Prof^ª. Ma. Janaina Ferreira Marques de Melo.

**SOUSA - PB
2010**

FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DE ARAÚJO

**A EVIDENCIAÇÃO DAS QUESTÕES AMBIENTAIS DAS COMPANHIAS DE
CAPITAL ABERTO: Um estudo de caso na Companhia Siderúrgica Nacional
nos Demonstrativos Financeiros de 2008 e 2009**

Monografia apresentada em 03 de dezembro de 2010, como trabalho de conclusão do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Campina Grande, obtendo o título de Bacharel em Ciências Contábeis, atribuído pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo.

BANCA EXAMINADORA

Janaina Ferreira Marques de Melo – Prof.^a MSc.
Orientadora

Thiago Alexandre das Neves Almeida
Examinador

Alexandre Wallace Ramos Pereira
Examinador

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **“A evidenciação das questões ambientais das companhias de capital aberto: um estudo de caso na companhia siderúrgica nacional nos demonstrativos financeiros de 2008 e 2009**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, 03 de dezembro de 2010.

Francisco de Assis Ferreira de Araújo

É com muita satisfação que dedico este trabalho a minha esposa, Maria Sérvola, e aos meus filhos, que sempre apostaram em mim, me deram apoio, carinho e compreensão neste longo período.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou o meu caminho durante esta caminhada;

A minha orientadora, Janaina Melo, pela atenção e dedicação na condução deste trabalho;

À Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sousa, pelo apoio a esta empreitada;

Aos professores, por todo conhecimento que foi transmitido, e que de alguma forma contribuíram para esta conquista;

Aos meus colegas de classe, pelo convívio fraternal e familiar, que sempre esteve comigo durante todo esse tempo de estudo;

"Há homens que lutam um dia e são bons. Há outros que lutam um ano e são melhores. Há os que lutam muitos anos e são muito bons. Porém, há os que lutam toda a vida. Esses são os imprescindíveis."

Bertolt Brecht

RESUMO

As questões relacionadas ao meio ambiente, tanto no meio acadêmico como nas organizações, estão cada vez mais freqüentes. Neste contexto, surge a necessidade de mensurar as ações voltadas à preservação ambiental. Esse trabalho tem como objetivo verificar a transparência das informações ambientais fornecidas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) nos demonstrativos financeiros nos anos de 2008 e 2009. Trata-se de uma pesquisa documental, de caráter quantitativa e descritiva, em que, no primeiro momento, foram levantados conceitos que permeiam este tema e que deram suporte à realização da pesquisa empírica a partir da análise de dados. Foram utilizados indicadores de desempenho ambientais adaptados para dar suporte a estas informações. Estudaram-se os Investimentos Ambientais Totais, Obrigações Ambientais, Patrimônio Líquido Ambiental e Receitas Ambientais. Notou-se um expressivo aumento em investimentos em ações ambientais e a preocupação com provisão em recursos, além das contingências ambientais e redução na receita ambiental, referente a comercialização do piche anódico. Foi verificado que a CSN não divulga com total transparência os seus fatos ambientais nos demonstrativos financeiros, embora demonstre nos seus relatórios anuais. Sugere-se uma evidenciação mais clara nas questões ambientais em suas demonstrações financeiras. Para trabalhos futuros, recomenda-se a utilização de indicadores verdes para uma melhor compreensão das aplicações e custos ambientais num período de cinco anos.

Palavras-chave: Meio ambiente, indicadores de desempenho ambiental, transparência.

ABSTRACT

Issues related to the environment, both in academia and in the organizations, are increasingly frequent. In this context there is the need to measure its actions for environmental preservation. This work aims to verify the transparency of environmental information provided by Companhia Siderurgica Nacional (CSN) in the financial statements for the years 2008 and 2009. This is a documentary research, quantitative and descriptive character, which, at first, were raised concepts permeating this subject and who have supported the implementation of empirical research, from data analysis. We used environmental performance indicators tailored to support this information. We have studied the Environmental Investment Totals, Environmental Liabilities, Environmental Equity and Environmental Revenue. We noticed a significant increase in investment in environmental action and concern in providing resources, and environmental contingencies and reduction in the revenue environment, regarding the marketing of the anode pitch. It was found that CSN does not disclose transparently their environmental facts in the financial statements, although it shows in their annual reports. It is suggested that a clearer disclosure on environmental issues in its financial statements. For future work, we recommend the use of green indicator for a better understanding of applications and environmental costs in a period of five years.

Keywords: Environment, indicators of performance environmental, transparency.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimentos ambientais totais	53
Gráfico 2 - Obrigações ambientais.....	54
Gráfico 3 - Contingências ambientais	55
Gráfico 4 - Receitas ambientais	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis utilizadas no processo de investigação	23
Quadro 2 - Modelo de balanço patrimonial adaptado à contabilidade ambiental.....	43
Quadro 3 - Benefícios gerados para uma entidade que adota um sistema de gestão ambiental.....	43
Quadro 4 - Indicadores de desempenho verde	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reconhecimento de passivos ambientais	35
Figura 2 - Reconhecimento de custos ambientais.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 Delimitação do tema e problemática.....	16
1.2 justificativa	18
1.3 Objetivos.....	19
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos Específicos	20
1.4 Procedimentos metodológicos	20
1.4.1 Pesquisa quanto a abordagem do problema	20
1.4.2 Pesquisa quanto as técnicas empregadas	21
1.4.2.1 <i>Pesquisa bibliográfica</i>	21
1.4.2.2 <i>Pesquisa documental</i>	21
1.4.3 Pesquisa quanto aos objetivos.....	22
1.4.3.1 <i>Pesquisa Descritiva</i>	22
1.4.4 Estudo de caso	22
1.4.5 Coleta de dados	22
2 REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1 Contabilidade: conceito e objetivos	24
2.2 Responsabilidade social e ambiental	26
2.3 Contabilidade ambiental	28
2.3.1 Contabilidade ambiental: contexto histórico e conceitos.....	29
2.3.2 Ativos ambientais	31
2.3.3 Passivos ambientais.....	33
2.3.4 Custos ambientais.....	36
2.4 Usuários da informação contábil.....	38
2.5 Relatórios sociais e ambientais	41
2.6 Gestão ambiental	43
2.7 Normas ambientais	46
2.8 Indicadores ambientais	47
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	50
3.1 Caracterização da empresa estudada	50

3.2 Gestão ambiental	51
3.3 Indicadores de desempenho ambiental da CSN	52
3.3.1 Investimentos ambientais totais.....	53
3.3.2 Obrigações ambientais.....	54
3.3.3 Patrimônio líquido ambiental	55
3.3.4 Receitas ambientais	55
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
ANEXOS	64

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, as empresas estão se preocupando com as questões ambientais, pelo fato dos recursos naturais sejam finitos e pela conscientização da sociedade. Neste sentido, Dias (2009) afirma que a partir dos anos 70, houve um grande avanço nestas questões ambientais, aumentando a preocupação da sociedade pelo fato de que algumas empresas estavam destruindo o meio ambiente.

Na visão de Tinoco e Kraemer (2008), as empresas estão modificando profundamente o estilo de administrar, passando a incorporar procedimentos ambientais em seu processo de fabricação, criando programas de reciclagens, analisando o ciclo de vida dos produtos e de seu impacto sobre a natureza.

Sobre a questão ambiental Donaire (1999, p.50) diz que:

Cada vez a questão ambiental está se tornando matéria obrigatória das agendas dos executivos da empresa. A globalização dos negócios a internacionalização dos padrões de qualidade descritos na série ISO 14.000, a conscientização crescente dos atuais consumidores e a disseminação da educação ambiental nas escolas permitem antever que a exigência futura que farão os futuros consumidores em relação à preservação do meio ambiente e à qualidade de vida deverão intensificar-se.

Diante do exposto, observa-se que as empresas estão cada vez mais necessitando de divulgar informações a respeito do meio ambiente. De um lado, encontra-se a sociedade e do outro, as próprias empresas. Diante desta necessidade de informações sobre o meio ambiente, a contabilidade poderá ser utilizada como um instrumento para esta finalidade.

Sobre as informações contábeis ambientais, Braga (2007, p. 71) afirma que:

A necessidade de a empresa publicar tais informações para o mercado decorre de que a temática ambiental vem ganhando maior abrangência no meio organizacional e transformando-se um importante intangível, que afeta o valor da empresa no mercado de capitais.

Segundo Marion (1998) a contabilidade é um instrumento que fornece informações úteis para a tomada de decisão tanto dentro como fora das empresas. Assim, a contabilidade ambiental pode ser utilizada como uma ferramenta importante na evidenciação dos eventos

ambientais nos demonstrativos financeiros, onde possibilita uma transparência dos fatos ambientais a elas relacionados.

Tinoco e Kraemer (2004, p. 12) afirmam que:

A Contabilidade provoca benefícios potenciais à indústria e à sociedade, entre outros: identifica, estima, aloca, administra e reduzem os custos, particularmente os ambientais; permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água; fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública.

Conforme Ferreira (2007), a contabilidade ambiental envolve várias questões como: desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, impacto ambiental e outros, que também serão tratados no decorrer deste trabalho.

Assim, nota-se que a contabilidade ambiental poderá ser um importante instrumento para a evidenciação das informações ambientais. No entanto, se as informações divulgadas forem confusas ou omissas, ou seja, as entidades não as divulguem de forma transparente, inviabiliza aos usuários a utilização destas para a tomada de decisão.

Através deste trabalho, pode-se verificar se a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) evidencia de forma transparente informações ambientais de suas atividades, que possibilite aos usuários entender de forma clara e objetiva as políticas ambientais da mesma para a preservação do meio ambiente.

1.1 Delimitação do tema e problemática

Segundo Braga (2007) a preocupação com o meio ambiente é um dos temas que teve grande avanço no mundo. A discussão abrange questões relacionadas à responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, gestão ambiental, e outros, estando presente no meio acadêmico, governamental, empresarial e na sociedade em geral.

A conscientização ambiental nos anos 70 foi fundamentada na contaminação industrial, resíduos tóxicos, agrotóxicos utilizados na lavoura. As empresas em um primeiro momento não estavam de acordo com a legislação vigente, que impôs o tratamento a resíduos no final

do processo produtivo, pois achavam que dessa forma estariam tendo prejuízos, pois isto iria lhe trazer mais custos (TACHIZAWA, 2004).

Tinoco e Kraemer (2008, p. 27) afirmam que “o objetivo essencial da divulgação financeira é o fornecimento de informações para permitir que os investidores, particularmente aqueles desprovidos de autoridade para especificar a informação que desejam, sejam capazes de prever os fluxos futuros de caixa da empresa”.

Desta forma, para alcance do objetivo proposto por Tinoco e Kramer (2008), a contabilidade pode além de evidenciar as informações sociais e econômicas, evidenciar de forma transparente a questões ambientais das empresas, permitindo assim que a sociedade em geral tenha conhecimento destes assuntos e possa exigir mais das empresas que não evidenciam suas informações sociais ou ambientais, e com isso fazer com que elas procurem alguma forma de evidenciá-las.

Assim, a divulgação nos demonstrativos financeiros, torna-se importante, pois poderá facilitar a estes investidores uma melhor compreensão da capacidade das empresas para garantir os seus investimentos no tocante também na área ambiental.

Segundo Carvalho (2007), em termos contábeis, existem várias formas de evidenciação que uma empresa pode apresentar a sociedade, e quanto à responsabilidade ambiental, não se pode deixar de citar o Balanço Social, pois nele são demonstradas as ações de interação de entidade com a área social, e abrange questões relacionadas ao meio ambiente, economia, cidadania e outros.

Normalmente as empresas de grande porte são as que mais procuram adotar programas ambientais, como também incrementam seu processo de produção, visando diminuir a agressão ao meio ambiente. Um exemplo que pode ser citado de empreendimento ambiental que contou com a colaboração de várias empresas de grande porte, foi o realizado por 1.250 indústrias instaladas ao longo do rio Tietê em São Paulo, que desenvolveu um grande trabalho de despoluição de suas águas (DIAS, 2009).

Assim, existem exemplos de empresas como a Petrobrás, que também adotam programas que diminuem a degradação ambiental, e também procuram evidenciar nas suas demonstrações financeiras, tudo que foi destinado as questões ambientais. Isso serve de exemplo para outros empresários que poderão adotar políticas de preservação ambiental.

Outro exemplo de empresa socialmente responsável, pode-se citar o caso da indústria de papel e celulose. Segundo pesquisa realizada pela KPMG (1999, p. 14), esse setor se posicionou em 2º lugar em termos de apresentação de relatórios ambientais em nível mundial.

Dada as evidências apresentadas, depara-se com o seguinte questionamento: **De que forma a Companhia Siderúrgica Nacional divulga suas informações ambientais nos demonstrativos financeiros de 2008 e 2009?**

1.2 Justificativa

O objetivo das empresas é a maximização dos resultados e minimização de custos. Todavia, algumas delas, estão também interessadas em atender as necessidades dos consumidores, como também fornecer informações ambientais, sociais e econômicas. Isto poderá fazer a diferença no mercado competitivo, pois sabe-se que cada vez mais os consumidores estão mais exigentes (DIAS, 2009).

Com as mudanças ocorridas no meio ambiente, a sociedade passou a exigir mais das entidades, surgindo assim a necessidade da divulgação destas. Assim surgiu também a contabilidade ambiental que Segundo Ferreira (2003, p. 59) “o desenvolvimento da Contabilidade Ambiental é resultado da necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental”.

Portanto, a contabilidade ambiental poderá fornecer estas informações, mas caberá as empresas a escolha de adotar sistemas que possam subsidiá-las, apesar de algumas exigências legais já exista sobre os problemas ambientais.

A gestão ambiental pode ser considerada uma forte ferramenta no mercado competitivo para as entidades. No que tange às vantagens que podem ser obtidas por ela Maimon (1996, p. 72) afirma que “em termos organizacionais, os parâmetros relacionados ao meio ambiente passam a ser levados em conta no planejamento estratégico, no processo produtivo, na distribuição e disposição do produto final”. Há uma mudança em vários setores da empresa e uma visível responsabilidade ambiental.

Constantemente, a questão ambiental está sendo disseminada no meio empresarial. Neste sentido, as empresas estão procurando maneiras de proteger o meio ambiente e reduzir os males causados a ela. Assim, a preocupação com o meio ambiente faz parte do cotidiano dos gestores na atualidade (FERREIRA, 2003).

A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN foi escolhida para esta pesquisa por ser uma empresa de grande porte que procura adequar-se a padrões de qualidade exigidos. Além de se preocupar com as questões ambientais, a mesma também garante um ambiente de trabalho saudável e seguro, bem como de sistemas de gerenciamento da qualidade e meio ambiente (RELATÓRIO ANUAL CSN 2009).

Segundo a CSN (2010), esta conta com cinco unidades produtivas, inclusive atuando nos EUA e Portugal, explorando principalmente atividades de siderurgia e mineração. Atividades consideradas de risco ao meio ambiente. Foi em virtude disso, que despertou o interesse em saber como a mesma evidencia os seus fatos ambientais, principalmente nos anos 2008 e 2009, para estabelecer um parâmetro entre os dois períodos. A justificativa da utilização destes dois anos foi pelo fato da acessibilidade e por tratar-se dos últimos demonstrativos até o momento divulgados. Assim, esta pesquisa é relevante para a Ciência Contábil, no que tange a Contabilidade Ambiental, pelo fato de ser um estudo específico em uma empresa de Grande Porte, contribuindo de forma específica sobre o tema estudado.

1.3 Objetivos

É essencial definir de forma clara o objetivo principal da pesquisa, bem como os seus objetivos secundários. A soma dos objetivos secundários consolida o objetivo principal da pesquisa, conforme trata Matias-Pereira (2006, p. 66).

Segundo Marconi e Lakatos (2002, p. 70) toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que se vai procurar e o que se pretende alcançar, no intuito de responder as perguntas: Por quê? Para quê? Para quem?

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar de que forma são divulgadas as informações ambientais fornecidas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) nos demonstrativos financeiros nos anos de 2008 e 2009.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever os ativos e passivos ambientais mensurados pela CSN referente aos anos de 2008 e 2009.
- Verificar quais são os indicadores ambientais que podem ser utilizados na empresa em questão.
- Fazer a relação entre as ações ambientais descritas pela CSN, com seus gastos e investimentos ambientais descritos nos seus demonstrativos no período escolhido.

1.4 Procedimentos metodológicos

Neste capítulo descreve-se a metodologia utilizada para realização do trabalho, detalhando as formas de classificação da pesquisa quanto a sua natureza, as técnicas empregadas e que tipo de ferramentas foram utilizadas para coleta de dados.

1.4.1 Pesquisa quanto à abordagem do problema

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, pois conforme Souza, Fialho e Otani (2007, p. 39) a pesquisa quantitativa "traduz em números opiniões e informações para classificá-las e

analisá-las. Assim, esta pesquisa é quantitativa, pois se buscou verificar a evidenciação ambiental da CSN ao longo dos anos de 2008 e 2009, através de análise de indicadores ambientais.

1.4.2 Pesquisa quanto às técnicas empregadas

1.4.2.1 *Pesquisa Bibliográfica*

No primeiro momento foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo “estudar fatos que já aconteceram, através de livros, revistas, jornais, monografias, dissertações e outros” conforme trata Matias-Pereira (2006, p. 72). Portanto, a pesquisa bibliográfica foi essencial para construção do referencial teórico e foram utilizados vários autores, por meio de livros, artigos e outros trabalhos científicos em meio eletrônico.

1.4.2.2 *Pesquisa Documental*

A pesquisa documental é bastante parecida com a bibliográfica, a diferença está na natureza da procedência do material utilizado. Gil (1994, p. 73) descreve que:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo com os objetivos da pesquisa.

Em relação a esta pesquisa foi utilizado para verificação os demonstrativos financeiros da CSN, inclusive os Relatórios anuais, como forma de descobrir se a empresa estudada divulga com transparência os fatos ambientais por ela praticados.

1.4.3 Pesquisa quanto aos objetivos

1.4.3.1 *Pesquisa Descritiva*

Esta pesquisa é descritiva, pois, tem como objetivo principal a "descrição das características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis" conforme trata Silva (2006, p. 59). Portanto, esta pesquisa descreveu as variações dos indicadores entre os períodos de 2008 e 2009, identificando assim, os investimentos na conservação, manutenção e preservação do meio ambiente.

1.4.4 Estudo de caso

O presente trabalho foi realizado através de um estudo de caso, onde foi escolhida uma empresa a ser estudada de forma a verificar a transparência das informações ambientais inseridas nas demonstrações financeiras e relatórios ambientais, no intuito de esclarecer esta evidenciação para a sociedade.

1.4.5 Coleta de dados

O estudo referencia um levantamento para saber se a CSN evidencia de forma transparente informações ambientais de suas atividades nos anos de 2008 e 2009, utilizando como fontes de pesquisa demonstrações contábeis da empresa e seus relatórios sócio-ambientais.

Conforme Ferreira (2003), o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e demais informes, as Notas Explicativas e quando houver, o Balanço Social e a Demonstração do Valor Adicionado são as peças contábeis adequadas para evidenciar

todos os eventos econômicos ou fatos contábeis relativos a ações realizadas pela empresa que causem impacto ao meio ambiente.

As variáveis utilizadas no processo de investigação foram relacionadas de acordo com o quadro 1:

Quadro 1- variáveis utilizadas no processo de investigação

Variáveis:	Conceito:	Indicadores:
Contabilidade Ambiental	Um sistema destinado a dar informações sobre a rarefação dos elementos naturais, engendrado pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar esta rarefação	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos Ambientais Gerais; • Investimentos Ambientais Operacionais; • Perdas ambientais da empresa; • Custos ambientais operacionais; • Prevenção e valor adicionado gerado; • Remediação e prevenção.
Relatório Ambiental	Reflete o posicionamento da empresa em relação as questões ambientais, sua preocupação com o meio ambiente, as políticas desenvolvidas para prevenção, reparação, como também os meios e recursos empregados.	<ul style="list-style-type: none"> • Investimentos ambientais gerais • Investimentos ambientais operacionais • Prevenção e valor adicionado gerado • Escopo dos gastos ambientais • Remediação e prevenção • Coeficiente de investimentos ambientais gerais

Fonte: Adaptado de Paiva (2006)

Os dados levantados na coleta foram utilizados com base em indicadores ambientais, procurando identificar através da análise os valores despendidos pela empresa para ações no meio ambiente, onde foi possível obter informações dos investimentos, gastos, obrigações e receitas ambientais em relação ao ativo total, passivo total e receita total.

Portanto, a análise de resultados resulta na análise dos documentos disponíveis da CSN nos anos de 2008 e 2009, evidenciando as informações ambientais no período proposto. Os dados obtidos nos relatórios ambientais e nas demonstrações financeiras da CSN foram organizadas e tabuladas com o auxílio da ferramenta *Excel*. Esses dados serviram como base para calcular os resultados obtidos em forma de gráficos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contabilidade: conceitos e objetivos

De acordo com Sá (1997), a contabilidade nasceu com a civilização e foi evoluindo com o passar do tempo, portanto, o desenvolvimento das práticas contábeis está muitas vezes relacionado ao grau de desenvolvimento da sociedade, do comércio, das instituições. Assim o crescimento contábil anda junto com a sociedade, as empresas, as instituições e outros (IUDÍCIBUS, 1993).

Ainda Sá (1998, p.42) diz que a “Contabilidade é a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais, preocupando-se com realidades, evidências e comportamentos dos mesmos, em relação à eficácia das células sociais”.

Portanto, a contabilidade é a ciência que estuda e pratica, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza econômica (FRANCO, 1999).

Para Franco (1999, p.21) a contabilidade:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a classificação, a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos, com o fim de oferecer informações e orientação – necessárias à tomada de decisões – sobre a composição do patrimônio, suas variações e os resultados econômicos decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Sobre o objetivo da contabilidade, Iudícibus (2004) aponta duas abordagens distintas, a primeira é que contabilidade deverá fornecer informações que deveria atender aos usuários geral, independente de sua natureza, ou ser capaz e responsável pela apresentação de cadastros de informações totalmente diferenciados para cada tipo de usuário.

No âmbito dos profissionais e usuários da contabilidade, os objetivos desta quando aplicada a uma entidade particularizada são identificados com a geração de informações, a serem utilizadas por determinados usuários em decisões que buscam a realização de interesses e objetivos próprios (IUDÍCIBUS, 2004).

Diante desse contexto, observa-se que a profissão do contador sofre mudanças quanto aos conteúdos, conhecimentos e habilidades necessárias para o desempenho de suas funções. A informação gerada adequadamente e evidenciada de forma oportuna e não enviesada, é que gera valor à sociedade, e este deve sempre agir de maneira ética.

Lisboa (2007, p. 64) diz que:

A ética profissional, longe de debilitar a posição social da empresa, fortalece-a, no caso do contador que é solicitado a assinar as demonstrações contábeis com omissões de disclosure, ele não só deve abster-se de assinar referidas demonstrações, como também deve propor soluções alternativas que salvaguardem os interesses da empresa (e seu próprio), desde que não contrarie os princípios éticos.

Portanto, o profissional sofre constantemente pressões relacionadas a este tipo de ação, devendo sempre recusar essas propostas, assim ele estará preservando sua imagem perante a sociedade. O profissional contábil deve sempre estar atento a não cometer deslizes no seu exercício,

De acordo com Fortes (2002, p. 108):

Os contabilistas, como classe profissional, caracterizam-se pela natureza e homogeneidade do trabalho executado, pelo tipo e características do conhecimento, habilidades técnicas e habilitação legal exigidos para o seu exercício da atividade contábil. Portanto, os profissionais da contabilidade representam um grupo específico com especialização no conhecimento da sua área, sendo uma força viva na sociedade, vinculada a uma grande responsabilidade econômica e social, sobretudo na mensuração, controle e gestão do patrimônio das pessoas e entidades.

Contudo, o contabilista por ser responsável pelas informações geradas pela empresa, poderá sofrer pressões, e por isso que seu trabalho deverá ser feito de maneira ética e com clareza, sem que este coloque em dúvida sua integridade. Assim, a maioria dos contabilistas que trabalham corretamente está tornando-se grandes concorrentes no mercado de trabalho, pois dessa forma, sua carreira profissional não estará sendo posta em risco, como também não estará trazendo prejuízos futuros para seus clientes.

Portanto, o contador é peça fundamental no processo de informações empresariais, pois são eles que têm o papel de informar todos os acontecimentos gerados pelas empresas, e muitas vezes são confidentes, conselheiros, administradores e outros. Assim, o contador além de ter que cumprir com sua obrigação tributária, tem que estar preparado para enfrentar situações inesperadas dos seus clientes.

A Contabilidade engloba vários campos, um deles é a área ambiental, então, percebe-se que a contabilidade pode se tornar ferramenta importante no processo de divulgação das informações sociais e ambientais, pois é através das empresas que este assunto vem tomando força perante a sociedade, e esta por sua vez, se preocupando mais com o bem-estar social e as questões que envolvem o meio ambiente. Deste modo é relevante frisar o papel da responsabilidade social e ambiental.

2.2 Responsabilidade social e ambiental

Primeiramente, Zarpelon (2006, p.15) relata de forma clara e simples o conceito de Responsabilidade Social:

Responsabilidade Social é a responsabilidade assumida diante da sociedade, em relação à geração de empregos, a pagamentos de salários dignos, à arrecadação correta de carga tributária, ao aumento da qualidade de vida, à assimilação e transferência de tecnologia, ou a qualquer outro fator que possa agregar benefício para a gestão e para a sociedade.

Portanto, a responsabilidade social está voltada para as questões relacionadas ao bem estar da sociedade, onde as empresas são consideradas responsáveis quando elas se preocupam com as pessoas envolvidas no seu contexto, e também procuram desenvolver programas e projetos que permitem diminuir os danos causados ao meio ambiente.

Conforme Reis e Medeiros (2007, p. 32):

Um comportamento socialmente responsável por parte da empresa ate pode gerar custos financeiros, o que poderia, no curto prazo, representar um argumento desfavorável à responsabilidade social das empresas. Mas, em função de expectativas da sociedade em relação às empresas cumprirem seu papel social, essa atitude melhora a imagem pública da

empresa, que é valorizada junto à sociedade, o que também contribui para o alcance de seus objetivos de longo prazo, ou seja, ser socialmente responsável, nessa ótica, contribui para a melhoria do desempenho econômico e sustentabilidade nos negócios.

Partindo dessa premissa, pode-se dizer que com a prática de Responsabilidade Social Corporativa (RSC), as empresas poderão conduzir seus negócios de tal maneira, que a levará a um caminho de grandes conquistas econômicas, como também estará contribuindo para um país mais sustentável. A empresa socialmente responsável é aquela que tem a capacidade de suprir as necessidades dos diferentes usuários, sejam eles acionistas, fornecedores, clientes, consumidores e outros.

Contudo, para Ashley (2002, p. 36)

A importância da responsabilidade social dos negócios em relação aos diversos públicos com quem a empresa se relaciona, e, portanto, afeta e por eles é afetada, reside no fato de que "o conhecimento das expectativas mutuas nessas redes de relacionamento é condição essencial para a sustentação de uma orientação estratégica orientada para responsabilidade social dos negócios.

Assim, uma empresa é sócio-ambientalmente responsável quando ela se preocupa em respeitar não só as leis e pagar tributos, mas também procuram maneiras adequadas de segurança, saúde para seus trabalhadores, como também procura desenvolver programas que beneficie a sociedade em geral. Percebe-se então, que as empresas que agem de maneira sócio - responsável estão garantindo sua permanência no mercado de trabalho e garantindo sua sobrevivência a longo prazo. É nesse cenário que surge então a gestão ambiental, que pressupõe que uma empresa consciente e responsável sócio-ambiental, pode ser uma solução para o desenvolvimento sustentável das empresas (TINOCO; KRAEMER, 2006).

A relação da responsabilidade social e ambiental com a contabilidade revela assim a função social que se tem com a sociedade. Nesse respeito, Tinoco e Kraemer (2004, p. 12) "a contabilidade [...] é o veículo adequado para divulgar informações sobre o meio ambiente", sendo um fator de risco e de grande competitividade. Assim, surge a contabilidade ambiental.

2.3 Contabilidade Ambiental

A contabilidade ambiental surge para procurar formas de evidenciação das informações sociais, econômicas e ambientais das empresas, pois existe uma crescente preocupação por parte da sociedade em analisar as empresas não só como uma instituição econômica, mas também como instituição social e ambiental (DE LUCA, 1998). Portanto através da contabilidade ambiental, a sociedade em geral poderá obter conhecimento sobre estes assuntos relacionados ao meio ambiente.

A contabilidade ambiental foi designada para registrar e gerar relatórios com a finalidade de fornecer informações das questões relacionadas com o meio ambiente, como também servir de parâmetro no gerenciamento destas informações e auxiliar na elaboração do planejamento estratégico nas empresas (PAIVA, 2006).

De acordo com os literatas, pode-se afirmar que o tema meio ambiente está inserido num contexto amplo, e que são várias as áreas envolvidas nela, portanto o meio ambiente se relaciona com desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e outros.

Desta forma percebe-se a grande importância da contabilidade ambiental, tanto para as organizações como para sociedade em geral, pois esta poderá contribuir de várias formas principalmente para as empresas em geral, pois é através dela que se pode verificar e divulgar as informações ambientais, sociais e econômicas destas.

Dentro desse contexto, Tinoco e Kraemer, (2004, p. 12) diz:

A Contabilidade provoca benefícios potenciais à indústria e à sociedade, entre outros: identifica, estima, aloca, administra e reduzem os custos, particularmente os ambientais; permite o uso mais eficiente de recursos naturais, incluindo a energia e a água; fornece informações para a tomada de decisão, melhorando a política pública.

Portanto, em termos contábeis existem várias formas de evidenciação que uma empresa pode apresentar a sociedade, e quanto às questões ambientais, não se pode deixar de citar o Balanço Social, pois nele são demonstradas as ações de interação de entidade com a área social, e abrange questões relacionadas ao meio ambiente, economia, cidadania e outros (CARVALHO, 2007).

2.3.1 Contabilidade ambiental: contexto histórico e conceitos

Sempre que se fala em meio ambiente, outros assuntos relacionados ao tema também entra na discussão, responsabilidade social, desenvolvimento sustentável, poluição e impacto ambiental.

Dias (2009, p. 3) diz que:

Durante milhares de anos, o processo de intensificação da capacidade humana de intervir no ambiente natural foi se desenvolvendo de forma gradativa e cumulativa, mas durante muito tempo as modificações provocadas, aparentemente, não foram significativas se comparada aos dias atuais. Até que há aproximadamente 8.000 e 10.000 ano houve uma primeira grande revolução científico-tecnológico que provocou enormes impactos no ambiente natural devido ao aumento da capacidade produtiva humana.

Foi a partir da década de 60 que essa temática passou a ser alvo de preocupação de grande parte da sociedade, pois os recursos naturais estavam se esgotando, e o principal causador desta escassez eram as indústrias. Apartir daí que a sociedade passou a cobrar maneiras urgentes de regularização das atividades nocivas ao meio ambiente (ASHLEY, 2002).

Então, as empresas sentiram-se obrigadas a evidenciar suas informações ambientais e isso foi tomando força no mercado, onde muitas pessoas por já terem o conhecimento dos prejuízos causados por elas, começaram a deixar de comprar produtos ou serviços de empresas que não estavam preocupadas com o meio ambiente, e a única forma de conhecer os programas que estas empresas praticavam em benefício ao meio ambiente é através dos seus balanços, demonstrativos e outros.

Em 1990, com a queda do Muro de Berlim, a questão ambiental tornou-se um dos itens fundamentais na agenda internacional. Portanto, o número de países que contavam com organismos ambientais nacionais foram aumentando, o qual na década de 70, apenas 10 países contavam com estes organismos, já no final desta década o número subiu consideravelmente, contando com aproximadamente 100 países. Aumentou também o número de Organizações Não Governamentais (ONG's) a participarem destas organizações para aproximadamente de 2.500 em 1972, para 15.000 em 1981 (DIAS, 2009).

Em 1999, destaca-se a importância da Política Nacional de Educação Ambiental, trazendo como objetivos fundamentais: a necessidade do desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, do estímulo e fortalecimento de consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; do incentivo à participação individual e coletiva; do fomento e fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia; autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade (TINOCO; KRAEMER, 2004).

Portanto, a história da contabilidade vem se evoluindo com o passar dos anos, e nota-se que houve um grande avanço neste contexto, permitindo assim que os interessados no assunto tivessem mais conhecimentos dos prejuízos ambientais ocasionados pela poluição, tanto pelas organizações, como pela sociedade.

Sobre a contabilidade ambiental, Ribeiro (2005, p. 45) enfatiza que:

Seu objetivo é identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental, ocorridos em um determinado período, visando à evidenciação da situação patrimonial de uma entidade.

A contabilidade ambiental tornou-se um ramo de conhecimento da atualidade, que se preocupou com as questões relacionadas ao meio ambiente, ou seja, está voltada para a divulgação das informações de natureza ambiental dentro das organizações, que poderão ser do interesse dos sócios, acionistas, investidores em geral, sociedade e outros.

Segundo Tinoco e Kraemer (2004, p. 32):

A Contabilidade Ambiental passou a ter status de novo ramo da Ciência Contábil em fevereiro de 1998, com a finalização do 'Relatório Financeiro e Contábil sobre o Passivo e Custos Ambientais pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – *United National Intergovernmental Working Group of Expert on International Standards of Accounting and Reporting*).

Diante do exposto, é relevante conhecer as informações contidas neste relatório financeiro sobre o patrimônio ambiental. Assim, seguem-se informações sobre ativo, passivo e custos ambientais.

2.3.2 Ativos ambientais

Um ativo é um recurso controlado pela empresa resultante de eventos passados do qual se espera um fluxo de benefícios econômicos futuros. Se os gastos ambientais podem ser enquadrados nos critérios de reconhecimento de um ativo, devem ser classificados como tal. "Os benefícios podem vir através da eficiência ou da segurança de outros ativos pertencentes à empresa, da redução ou prevenção da contaminação ambiental, que deveria ocorrer com resultado de operações futuras ou ainda através da conservação do meio ambiente" (TEIXEIRA, 2000 p. 5).

Portanto, o conceito de ativo, pode ser considerado como todos os bens e direitos destinados a atividade de gerenciamento ambiental, podendo estar na forma de capital circulante ou capital fixo.

Hendriksen e Breda (1999) definem ativo ambiental como benefícios futuros econômicos, de natureza ambiental, futuro e provável, obtidos ou controlados por uma entidade, em consequência de prevenção, recuperação, monitoramento e reciclagem. Neste sentido, os autores relatam que existem três características essenciais de um ativo ambiental que são: um benefício futuro provável, posse, propriedade e ou controle e fator de exclusão.

A primeira característica refere-se ao direito que a empresa adquire de adicionar ao seu patrimônio os futuros benefícios que um determinado ativo, pode gerar, em conjunto ou isolado com outros ativos. A segunda característica consiste em que os direitos referentes ao ativo devem pertencer ou a um indivíduo ou a uma entidade. A terceira característica retrata o fato que uma entidade, ao utilizar a capacidade de geração de benefícios futuros de um ativo, impede que a outra o faça, por este motivo que os bens públicos são excluídos (BRAGA, 2007).

Portanto, as características dos ativos ambientais, se diferem de uma organização para outra, pois cada empresa possui processos operacionais diferentes, como também cada empresa tem sua atividade econômica distinta de outras. Assim, os bens cuja classificação se der no ativo permanente imobilizado ambiental e ativo permanente diferido ambiental, exceto aqueles de vida útil inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, cujos valores serão excluídos, quando da apuração do Lucro Real, estão sujeitos à depreciação/amortização (TINOCO E KRAEMER, 2004).

Os ativos ambientais, conforme Tinoco e Kraemer (2008, p.181): "são bens adquiridos pela companhia que tem como finalidade controle, preservação e recuperação do meio ambiente".

São exemplos de ativos ambientais os estoques de insumos, peças, acessórios investimentos em máquinas, equipamentos, ou seja, tudo aquilo utilizado na eliminação ou redução dos danos ambientais, como também os demais utilitários produzidos na intenção de amenizar os danos causados ao meio ambiente.

Ribeiro (2005) classifica os ativos ambientais considerando os estoques e permanentes. Os estoques são os insumos adicionados ao processo produtivo, utilizados para eliminar, reduzir, ou controlar os níveis de emissão de resíduos, inclusive materiais para a recuperação de danos causados ao meio ambiente. Estes estoques também podem ser itens que serão consumidos pós-operação, ou seja, os recursos utilizados para limpeza dos locais afetados ou para purificar os resíduos produtivos, como exemplo pode citar: a água, os gases, os resíduos sólidos que serão depositos de alguma forma no meio ambiente. Os permanentes estão classificados em imobilizados e diferidos (RIBEIRO, 2005).

No imobilizado, o meio ambiente segundo Braga (2007. p. 39):

Classificam-se as máquinas, equipamentos e instalações o todo tipo de tecnologia adquirida ou desenvolvida para ser utilizada na prevenção, monitoramento, recuperação e reciclagem, permitindo que a execução do processo operacional da companhia gere os menores impactos ambientais possíveis, considerando o princípio da precaução.

O princípio da precaução, diz respeito a prevenir-se de um dano antes que ele ocorra, seja ele ambiental ou de outra natureza.

Os ativos diferidos podem ser classificados como: investimentos em pesquisas e desenvolvimento de pesquisas a longo prazo, com o objetivo de evitar problemas que poderá ocorrer dentro das organizações no que se refere ao meio ambiente (RIBEIRO, 2005).

2.3.3 Passivos ambientais

Normalmente os passivos ambientais são contingências formadas em longo período, onde os administradores das empresas muitas vezes passam despercebidos diante destes problemas. Alguns casos podem ser citados como: a posse e o uso de uma mina, uma siderúrgica, um lago, um rio, mar, até mesmo o ar que respiramos, todos poderão prejudicar de alguma forma o ambiente em que vivemos (TINOCO E KRAEMER, 2008).

Na opinião do IBRACON (1996, p.5):

"O passivo ambiental pode ser conceituado como toda agressão que se praticou/pratica contra o meio ambiente e consiste no valor de investimentos necessários para reabilitá-lo, bem como multas e indenizações em potencial."

Os passivos ambientais, são muitas vezes reconhecidos pela sua conotação negativa, devido aos grandes desastres acontecidos nas empresas que agrediram significativamente o meio ambiente, com isto estas empresas teve que pagar altas quantias, multas para recuperação da área danificada e indenizações a terceiros que sentiram-se prejudicados com o desastre (RIBEIRO E GRATÃO, 2000).

Portanto, nota-se que há uma grande dificuldade de atribuir valores a estes passivos, pois os prejuízos causados ao meio ambiente geralmente não se pode avaliar, no entanto, o que se pode fazer é procurar maneiras de se prevenir.

Os passivos ambientais, normalmente são definidos em lei e não retratam, o valor econômico do ambiente. Sabe-se que o valor justo de um passivo nunca será encontrado, assim o que poderá ser feito é uma estimativa razoável deste valor, pois sabe-se que os passivos dificilmente são mensuráveis dada a sua subjetividade que está atrelada aos diversos enfoques de cada usuário e aos efeitos sobre o patrimônio ambiental e social (BRAGA, 2007).

Vários exemplos podem ser citados de desastres ambientais acontecidos ao longo dos anos. Ribeiro e Gratão (2000, P. 127) citam estes:

a) os gastos assumidos pela Exxon, no caso do acidente com o petroleiro Valdez, no Alaska; b) o caso da Petrobrás, na década de 80, no qual a

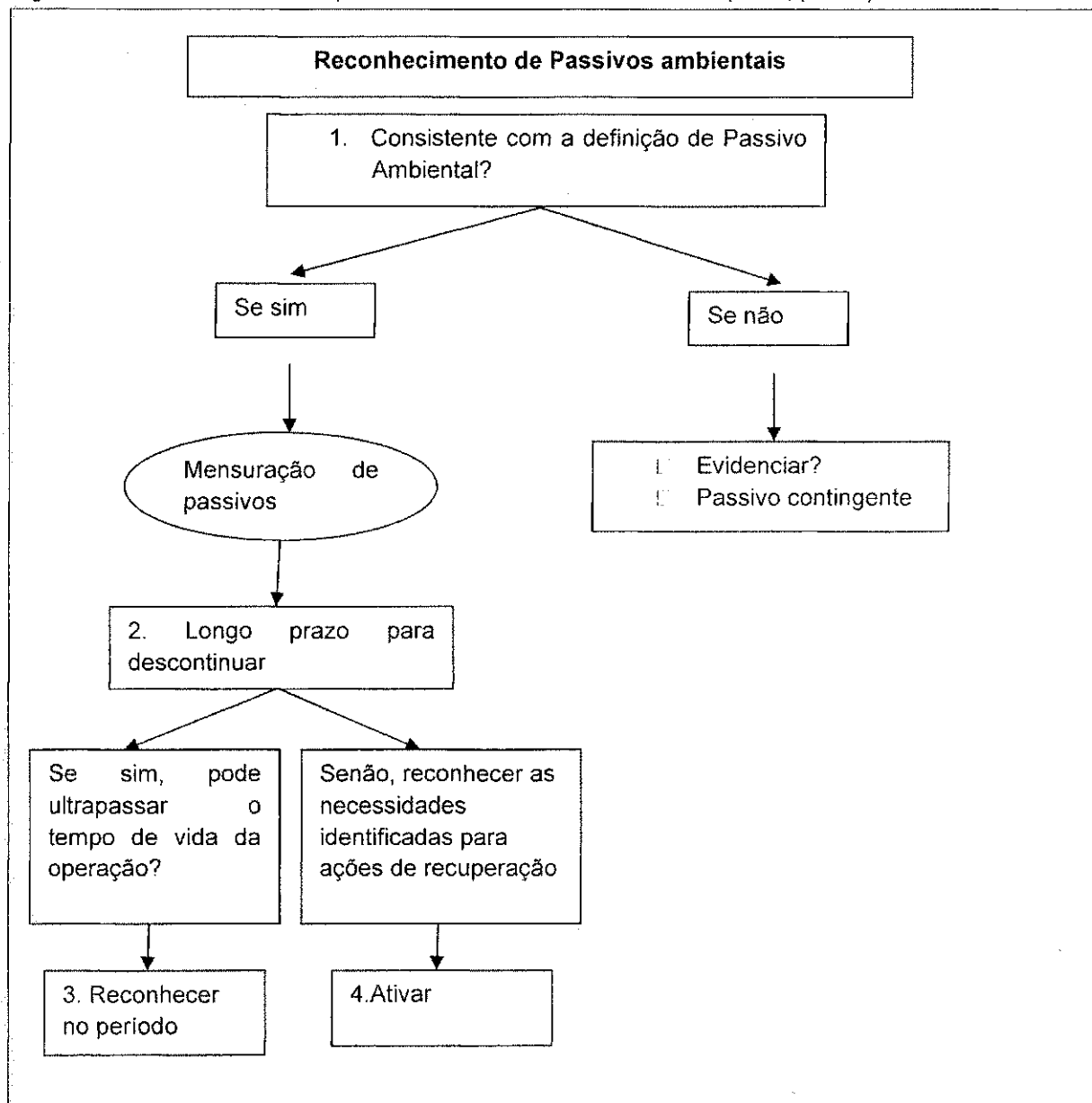
região de Cubatão, no interior do Estado de São Paulo, foi seriamente afetada pelo vazamento de óleo, que culminou com a explosão de várias moradias; e c) mais recente, em janeiro de 2000, o vazamento nas instalações da mesma empresa que provocou o derramamento de milhares de litros do óleo no mar na Baía da Guanabara, causando a morte de várias espécies de aves e peixes, além de afetar seriamente a vida das populações locais que viviam da atividade pesqueira.

Neste sentido, Dália Maimon (1999) professora de economia da UFRJ, relata as três principais categorias de custos que compõem o passivo ambiental são: (1) Multas, taxas e impostos a serem pagos em face de inobservância de requisitos legais; (2) Custos de implantação de procedimentos e tecnologias que possibilitam o atendimento às não conformidades; (3) Dispêndios necessários à recuperação da área degradada e indenização à população afetada.

Nos casos em que uma empresa não tenha conseguido avaliar o valor de um ativo, ela deverá registrar este fato, em notas explicativas, e no caso de já ter esse valor definido, ela irá registrar este passivo como provisão considerando um passivo contingente, de acordo com o enfoque estrutural do passivo (IUDÍCIBUS, 2004).

Na figura 1, Ferreira (2007, p. 105), demonstra como é dado o reconhecimento de passivos ambientais:

Figura 1- Reconhecimento de passivos ambientais Fonte: Ferreira (2007, p. 105)



Na figura 1, mostra que os passivos ambientais devem ser reconhecidos de acordo com a consistência destes, caso positivo reconhecer conforme o esquema sugerido; se não, observar se evidencia ou não no passivo contingente.

Assim, as empresas devem tomar atitudes imediatas em relação aos prejuízos causados pelo mau uso do meio-ambiente, como também teve que arcar com todo este prejuízo, no qual poderá afetar qualquer fluxo de disponibilidade, seja qual for o porte da empresa. A evidenciação do passivo ambiental e os custos decorrentes é um fator relevante no processo decisório.

2.3.4 Custos ambientais

A contabilidade ambiental vem cada vez mais deixar de ser uma escolha, passando a ser um diferencial competitivo no mercado atual. Neste sentido, Campos (1999, p.55) afirma que:

Identificar o que se vem perdendo ou deixando de ganhar com processos e atividades que geram danos ao meio ambiente e que, conseqüentemente acarretam custos desnecessários à empresa, passará a ser cada vez mais uma questão de sobrevivência a médio e longo prazos.

Assim, as empresas cada vez mais pressionadas a investir e evidenciar os seus investimentos no meio ambiente, tanto pela sociedade como pelo mercado. Dessa forma, para uma empresa investir no meio ambiente conseqüentemente ela acarretará alguns custos, mas estes custos poderão no futuro contribuir para a continuidade da empresa.

A definição de custos segundo Martins (2003, p. 25) "são gastos relativos a um bem ou serviços utilizados na produção de outro bem ou serviço e despesa são os bens ou serviços consumidos direta ou indiretamente para a obtenção de receitas".

Então pode-se dizer que os custos estão ligados diretamente ao processo de produção de um bem ou serviço, ou seja, quando qualquer empresa pretende produzir ou vender algum bem, ela obviamente vai ter gastos.

Acredita-se que com o custeamento das atividades de natureza ambiental, ficará mais fácil identificar os custos ambientais, tornando-os mais tangíveis, uma vez que os custos são relativos a atividades realizadas para prevenção e reparação de danos ambientais (TINOCO E KRAEMER, 2008)

Os custos de qualidade ambiental são decorrentes da criação, detecção, correção e prevenção da degradação ambiental e podem ser divididos em quatro categorias, conforme Hansen e Mowen (2003, p. 49):

- **Custos de Prevenção Ambiental:** são os gastos com as atividades que visam a prevenir a produção de resíduos que possam vir a ser jogados no meio ambiente. Por exemplo: contratação de mão-de-obra especializada na área ambiental, treinamento e conscientização de funcionários e substituição de materiais poluentes;

- **Custos de Detecção Ambiental:** são os gastos para observar se os produtos e processos da empresa estão cumprindo as normas ambientais apropriadas. Como exemplo, é possível citar: verificação de métodos e processos e testes e inspeções para verificação de parâmetros poluidores;
- **Custos de Falhas Ambientais Internas:** são associados à eliminação e gestão de contaminantes gerados no processo de produção, mas que ainda não foram despejados na natureza. São exemplos: manutenção de equipamento para poluição e tratamento e descarte de resíduos;
- **Custos de Falhas Ambientais Externas:** são decorrentes do despejamento de resíduos no meio ambiente. Podem, ainda, ser divididos em custos realizados de falhas externas, que são os custos criados e pagos pela empresa, e os custos não-realizados de falhas externas, que são os custos sociais.

Assim, pode-se dizer que a identificação e mensuração dos custos ambientais são de grande importância, quando estes servem de informação para o gerenciamento dos custos, criação de programas de melhorias e qualidades contínuas da empresa e outros fatores que possam identificar ou reduzir possíveis custos.

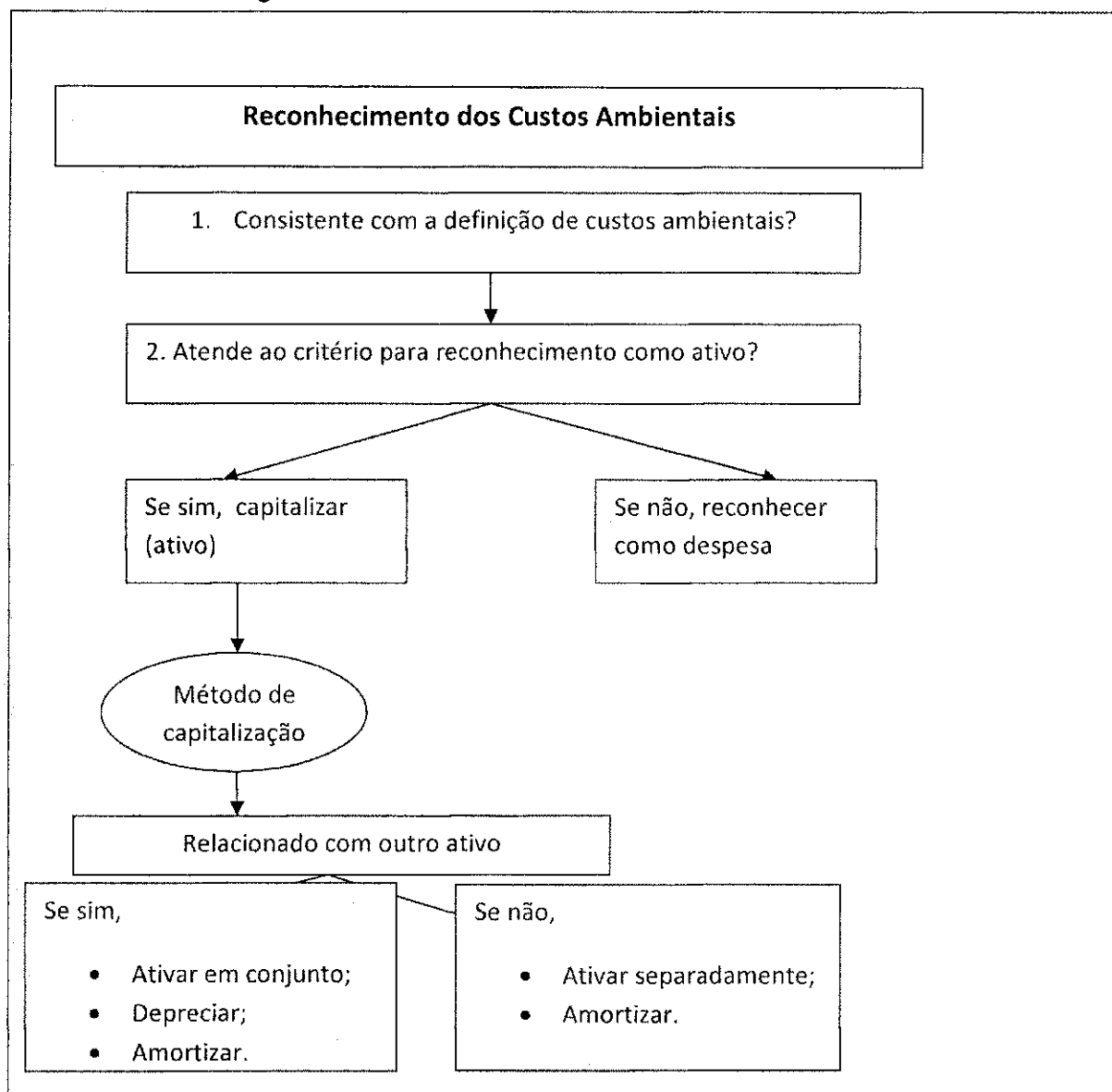
Os custos ambientais podem ser classificados em diretos ou indiretos, em relação a cada objeto que se queira custear, como também podem ter sua abrangência delimitada na empresa ou fora dela. Ferreira (2007, p. 102-103) define estas classificações:

- **Diretos** - são aqueles cujos fatos geradores afetam o meio ambiente e cujo impacto pode ser diretamente identificado a uma ação poluidora ou recuperadora ocorrida numa área física sob a responsabilidade da entidade contábil. Exemplo: custos relativos à produção ou estocagem.
- **Indiretos** - são os fatos geradores que afetam indiretamente o meio ambiente cujo impacto não pode ser diretamente identificado a uma ação poluidora ou recuperadora ocorrida na área física de responsabilidade da entidade. Exemplo: os relativos ao consumo, caso de aerossóis, ou, ainda, quanto ao uso de bateria de telefones celulares.

Portanto, nota-se que os custos diretos são facilmente identificados e estão relacionados com o processo de fabricação das entidades, enquanto um custo indireto dificilmente será identificado, por esse motivo também será difícil mensurar estes custos indiretos.

Ainda Ferreira (2007, p. 103), apresenta na figura 2 o reconhecimento dos custos ambientais.

Figura – 2 - Reconhecimento dos Custos Ambientais



Portanto, os gestores necessitam identificar e alocar os custos ambientais, de forma que estes não venham causar prejuízos para a entidade. A contabilidade ambiental é um instrumento que pode auxiliar os gestores neste processo de reconhecimento dos custos ambientais, como também auxiliar a administração na tomada de decisões.

2.4 Usuários da informação contábil ambiental

A contabilidade tem como principal objetivo fornecer informações aos diversos usuários sobre o patrimônio das entidades, utilizadas no seu processo de decisão (IUDÍBUS E MARION, 2002). Contudo, a contabilidade ambiental fornece a estes usuários informações que poderá servir de subsídios para avaliação do desempenho das empresas e fornecerá dados econômicos em relação ao meio ambiente.

Ribeiro (1992) apresenta que as informações ambientais devem contemplar:

- O comprometimento da empresa com questões ambientais;
- O impacto de suas ações sobre o meio ambiente
- Os ativos ambientais devem ser evidenciados em notas explicativas
- Os passivos ambientais devem ser informados em subgrupo específico
- Os custos e despesas ambientais devem ser apresentados nas demonstrações de resultados.
- Quando existir possibilidade identificar passivos contingentes.

Já conforme a NBC T 15 (CFC, 2004, p.7) informa que as informações a serem divulgadas na interação com o meio ambiente são:

- Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
- Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, Autônomos e administradores da entidade;
- Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- Passivos e contingências ambientais.

Uma empresa que dispõe em seus relatórios estes tipos de informações estará demonstrando que seus interesses não estão somente voltados ao desenvolvimento econômico, mas que está procurando caminhar rumo à sustentabilidade, como também se preocupam com o bem estar da sociedade em geral.

Braga (2007, p. 40) diz que:

Os usuários da informação contábil buscam, portanto, uma tradução dos benefícios e malefícios causados ao meio ambiente, bem como os efeitos destes no patrimônio das entidades através da expressão monetária. Cabe, portanto, à contabilidade buscar uma tradução do modelo relacional empírico apresentado, utilizado na prática, para o modelo relacional numérico.

Podem ser considerados usuários das informações contábeis diversos grupos de interessados, sejam eles proprietários, gestores, governos, organizações não governamentais, entidades de classe ou representantes da sociedade civil organizada. Eles também podem ser classificados a partir de sua perspectiva sobre a informação contábil, como afirma FERREIRA, (2003):

- Usuários internos- que podem ser os proprietários, sócios e acionistas, gerentes e demais administradores
- Usuários externos – que podem ser aqueles que indiretamente procuram investigar, fiscalizar, ou se interessam pelas informações ambientais que as empresas fornecem. Exemplos podem ser citados: Governos e órgãos públicos. Fornecedores, Clientes, Companhias de seguro, Concorrentes.

Assim, percebe-se que é grande o número de interessados nos demonstrativos financeiros ambientais das empresas, e este número vem crescendo cada vez mais, devido à exigência do mercado, as empresas estão procurando maneiras de tornar claro sua responsabilidade social e ambiental, mas, no entanto, estes demonstrativos elaborados de acordo com a lei vigente não atendem as necessidades destes usuários, portanto, faz-se necessário o uso de demonstrativos complementares direcionados as questões ambientais (BRAGA, 2007).

Hendriksen e Van Breda (1999, p. 42) descrevem sete métodos de divulgação de informação contábil financeira que são:

- Formato e disposição das demonstrações formais;
- Terminologia e apresentações detalhadas;
- Informação entre parênteses;
- Notas explicativas;
- Demonstrações e quadros complementares;
- Comentários no parecer de auditoria e

- Carta do presidente ou do conselho de administração.

Assim, para a contabilidade ambiental, também são aplicadas esses mesmos métodos de evidenciação propostos por Hendriksen e Van Breda (1999). Desta forma, são necessários demonstrativos e relatórios que tratem especificamente das áreas sociais e ambientais.

2.5 Relatórios sociais e ambientais

No Brasil, existe um relatório obrigatório de divulgação de questões sociais e de recursos humanos, que é a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), considerada uma das primeiras manifestações de responsabilidade social das empresas no Brasil, instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75 e tem por objetivo:

- O suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País,
- O provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho,
- A disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Outro relatório, que vem ganhando espaço nos últimos tempos, é o Balanço Social. Originalmente instituído na França, em 1977, pela empresa Singer, ele começou com uma visão voltada para os recursos humanos, mas foi sendo aprimorado, incorporando a questão ambiental, a cidadania e o valor agregado à economia do país (RIBEIRO, 2005).

Para Freire (2001, p.124), o “balanço social é um documento publicado anualmente onde constam informações sobre projetos, benefícios e ações sociais direcionadas aos empregados, investidores, acionistas e a toda comunidade”. Assim, o balanço social poderá fornecer informações necessárias tanto para as empresas em geral como para a sociedade, permitindo que estas possam obter informações de cunho social, ambiental ou econômica.

O balanço social segundo Tinoco (2008, p. 34) tem por objetivo:

Ser equitativo e comunicar informações que satisfaça à necessidade de quem dela precisa. Essa é a missão da contabilidade, como ciência de reportar informação contábil, financeira, econômica, social, física, de produtividade e de qualidade.

Desta forma, o balanço social tem como objetivo principal, informar aos diversos grupos sociais, as atividades desenvolvidas por ela no campo social, evidenciando sua participação no processo de evolução social (REIS E MEDEIROS, 2007).

Para Freire (2001, p.126), o balanço deve ser simples, como maneira de estimular o maior número de corporações, independente do tamanho e setor de atuação. Sendo assim, o que se pretende é que o modelo de balanço social seja padrão e que seja adequado para todos os tipos de empresas.

A elaboração do balanço social, segundo Tinoco (2004), deveria ter a ajuda de vários departamentos como: recursos humanos, contabilidade, sistema de informação da empresa. Outro ponto levantado por Tinoco (2001, p.123), que é muito importante, é o fato da empresa não só divulgar o seu Balanço Social, mas que também haja uma auditoria para que se verifique o trabalho dos agentes sociais nas atividades desenvolvidas pelas organizações e até mesmo para que os gerentes e controladores das entidades tenham a garantia certa de seus investimentos.

Não é de hoje que a sociedade em geral passou a exigir das empresas informações sobre as questões ambientais, diante disso, surgiu então o balanço ambiental que na visão de Herckert (2008), é um documento que demonstra as contas de ativos e passivos ambientais naturais, num determinado momento.

O objetivo do balanço ambiental é tornar públicas informações para fins de avaliação de desempenho das empresas em geral, ou qualquer fim que venha influenciar o meio ambiente, seja ela com ou sem fins lucrativos, assegurando que as contas de ativos e passivos ambientais sejam reconhecidas a partir do momento de sua identificação, e que esteja de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade (RAUPP *apud* HERCKERT, 2008).

Kraemer (2007, p. 11/12), citando as Normas e Procedimentos de Auditoria NPA 11 Balanço e Ecologia do IBRACON, enfatiza a importância que representam as Demonstrações Contábeis, não só para os sócios, mas também para toda a comunidade e propõe que o Balanço Patrimonial, inclusive as Notas Explicativas, independentemente de serem elas públicas ou privadas, sejam publicados com destaque para as questões ambientais, conforme modelo:

Quadro 2– Modelo de Balanço Patrimonial adaptado à Contabilidade Ambiental

ATIVO CIRCULANTE Circulante Financeiro Caixa e Bancos Clientes Estoques Circulante Ambiental Estoques	PASSIVO CIRCULANTE Circulante Financeiro Fornecedores Títulos a Pagar Circulante Ambiental Fornecedores Financiamentos
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO Longo Prazo Financeiro Títulos a Receber Longo prazo Ambiental Estoques	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO Longo Prazo Financeiro Financiamentos Longo Prazo Ambiental Financiamentos
PERMANENTE Permanente Financeiro Investimentos Financeiros Ações de outras Cias Imobilizado Financeiro Máquinas e Equipamentos Veículos e Acessórios (-) Depreciação Acumulada Diferido Financeiro Despesas de Exercícios Seguintes Permanente Ambiental Imobilizado Ambiental Máquinas e Equipamentos Instalações (-) Depreciação Acumulada Diferido Ambiental Despesas de Exercícios Seguintes	PATRIMÔNIO LÍQUIDO Patrimônio Líquido Financeiro Capital Social Reservas de Capital Reservas de Lucros Lucros (Prejuízos) Acumulados Patrimônio Líquido Ambiental Reservas p/ Preservação do Meio Ambiente

Fonte: Kraemer (2007, p. 11/12)

Portanto, o quadro 2 mostra como poderia ser feito um balanço das transações de natureza ambiental, sendo adaptada a um modelo de balanço patrimonial. Segundo HERCKERT, (2010) o balanço e as informações foram pensados para os usuários externos da organização, mas, são ferramentas úteis para a tomada de decisão dos empresários na gestão do meio ambiente natural.

2.6 Gestão ambiental

Gestão ambiental é um sistema de organização, planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar,

criticar e manter a política ambiental nas empresas. Através dele que a empresa procura eliminar ou minimizar os efeitos negativos provocados no meio ambiente por suas atividades (TINOCO E KRAEMER, 2007).

Assim, a gestão ambiental sofre inúmeras modificações, inovando suas estruturas, e se adequando a realidade de cada tipo de empresa. Esse processo deve assegurar que as decisões tomadas pelos administradores alcancem a realização da missão da entidade, e conseqüentemente, garanta sua continuidade (BRAGA, 2007).

Há diversas razões para que uma empresa adote este sistema e um deles refere-se ao aumento da responsabilidade social, pois foi a partir da conscientização da sociedade, que fez com que os empresários tomassem iniciativa de implementar este sistema (DIAS, 2009).

Um sistema de gestão ambiental pode trazer várias vantagens competitivas no mercado de trabalho para as empresas, entre algumas podemos citar as seguintes:

- Com o cumprimento das exigências normativas, há melhora no desempenho ambiental de uma empresa, abrindo-se a possibilidade de maior inserção num mercado cada vez mais exigente em termos ecológicos, com a melhoria da imagem junto aos clientes e a comunidade;
- Adotando um *design* do produto de acordo com as exigências ambientais, é possível torná-lo mais flexível do ponto de vista de instalação e operação, com um custo menor e uma vida útil maior;
- Com a redução do consumo de recursos energéticos, ocorre a melhoria na gestão ambiental, com a conseqüente redução nos custos de produção;
- Com a otimização das técnicas de produção, pode ocorrer melhoria na capacidade de inovação da empresa, redução das etapas de processo produtivo, acelerando o tempo de entrega do produto e minimizando o impacto ambiental do processo;
- Com a otimização do uso do espaço nos meios de transporte, há redução nesse tipo de gasto com a conseqüente diminuição do consumo de gasolina, o que diminui a quantidade de gases no meio ambiente (Dias, 2009, p. 275)

Contudo, acredita-se que as empresas que adotarem o (SGA Sistema de Gesta Ambiental), e implantarem programas e projetos de preservação e conservação do meio natural, poderão não somente obter vantagens competitivas como também poderão reduzir seus custos e futuramente obter lucratividade.

Donaire (1999, p.59) mostra os benefícios gerados para uma entidade que adota um sistema de gestão ambiental. Estes benefícios caracterizam-se em econômicos ou estratégicos, como mostra no quadro 3:

Quadro 3: Benefícios gerados para uma entidade que adota um sistema de gestão ambiental

Benefícios econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Economia de custos • Incremento de receitas
Benefícios estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da imagem institucional • Renovação do portfólio de produtos • Aumento da produtividade • Alto comprometimento do pessoal • Melhoria nas relações de trabalho • Melhoria e criatividade para nossos desafios • Melhoria das relações com órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas • Acesso mais rápido ao mercado externo • Melhor adequação aos padrões ambientais

Fonte: Donaire (1999, p.59)

De acordo com o quadro 3, pode ser verificado que os benefícios trazidos para uma entidade que adota o SGA (Sistema de Gestão Ambiental) são muitos, e que estes poderão contribuir de maneira eficaz no crescimento e desenvolvimentos das entidades, como também poderá obter uma maior vantagem competitiva no mercado de trabalho, pois irá melhorar sua imagem perante a sociedade, e isso já está a cada dia sendo mais concreto devido ao aumento da consciência ambiental dos consumidores (DIAS, 2009).

Portanto, nota-se que a gestão ambiental tem importante papel na determinação do estilo do desenvolvimento das regiões ou nações, e também ela poderá afetar no presente e no futuro a qualidade de vida da população em geral em seus diversos segmentos.

Segundo pesquisas realizadas, a gestão ambiental, poderá afetar a imagem da empresa para fins institucionais, e estão se constituindo cada vez mais como prioridades em suas etapas futuras de gestão empresarial e de investimentos financeiros nas empresas brasileiras (MAIMON, 1996). Um exemplo de empresa que provocou grande desastre ecológico no Brasil foi a Petrobrás, empresa petrolífera, que depois do acontecido, prevêem mudanças de estratégias e de sua alta administração, visando torná-la uma empresa de excelência em gestão ambiental integrada.

Dias (2009, p.89) afirma que a gestão ambiental do ponto de vista empresarial é a “expressão utilizada para se denominar a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o meio ambiente”. Este processo está vinculado às normas que são elaboradas pelas instituições públicas (prefeituras, governos estaduais e federais) sobre o meio ambiente.

2.7 Normas ambientais

Segundo a Universidade Federal do Piauí (UFPI, 2010), no que concernem as normas ambientais, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o órgão responsável pela normalização técnica no país, fornecendo a base necessária ao desenvolvimento tecnológico brasileiro. Ela é a representante no Brasil nas seguintes entidades internacionais: *International Organization for Standardization (ISO)*, *International Electrotechnical Commission (IEC)*; e das entidades de normalização regional Comissão Panamericana de Normas Técnicas (COPANT) e a Associação Mercosul de Normalização (AMN).

Foi criada pela organização Internacional a ISO 14.000, que trata das questões do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), a avaliação do desempenho ambiental, a rotulagem ambiental e análise do ciclo de vida. Seu objetivo é publicar documentos que estabeleçam práticas internacionais aceitas. Esses documentos são geralmente Normas Internacionais que estabelecem regras a serem seguidas. No Brasil o representante da ISO é a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) também conhecida pelo governo brasileiro como Fórum Nacional de Normatização (DIAS, 2009).

Segundo Valle (1995) a série ISO 14.000, pode trazer vários benefícios após sua implantação para as empresas, pois ela estará à frente de seus concorrentes irresponsáveis no mercado de trabalho, e dessa forma, passará para os consumidores uma imagem positiva, e isto conseqüentemente aumentará sua venda, obtendo maiores lucros.

Na Constituição Federal Art. 225 pode ser observado os direitos ambientais e a aplicabilidade da lei, e nos parágrafos 2º, 4º e 6º, são distinguindo a maneira que deveriam ser exercidos os direitos e obrigações:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 2º Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 6º As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.

Portanto, nota-se que já faz algum tempo que as normas ambientais são discutidas, e que já existem leis que tratam das questões ambientais e questões relacionadas a elas. Outra norma que trata das questões ambientais é a ISO 9.000, que trata-se de um Sistema de Gestão de Qualidade.

Miranda (1994, p. 5) relata que:

A má qualidade dos processos de pesquisa e avaliação das necessidades e dos desejos dos consumidores; a má interpretação dessas necessidades em termos de especificações para projetos; a inadequada documentação dos projetos; as conseqüentes distorções no planejamento de processos; e a ausência de informação precisa para os fornecedores e para a manufatura, por precário entrosamento Produção / Marketing / Vendas.

Percebe-se então, que os consumidores estão exigindo boa qualidade nos produtos e isso muitas vezes pode ser direcionado a questão da preservação do meio ambiente, onde os produtos são fabricados por empresas que não degradam o meio ambiente e tem atitudes de responsabilidade sócio-ambiental. Assim, cada vez mais as empresas necessitam estar dentro do padrão de das normas internacionais.

2.8 Indicadores ambientais

Segundo Almeida (2010, p. 52),

A partir da combinação de variáveis das demonstrações contábeis, pode-se obter indicadores que representem algum dado relevante, quebrando a estática das referidas peças, a construção de indicadores de desempenho é necessário para ir além das informações evidenciadas nos demonstrativos no momento de uma análise.

Paiva (2006) elenca uma série de indicadores verdes elaborados a partir da combinação dos dados extraídos das demonstrações contábeis, conforme quadro 4.

Quadro 4: Indicadores de desempenho verde

INDICE	FORMULAÇÃO	RELAÇÃO CASUAL	REFLEXO
Investimentos ambientais gerais.	$\frac{\text{Investimentos em prevenção}}{\text{Ativos totais}}$	Indica a proporção entre ativos ambientais adquiridos no período e os ativos totais da empresa.	Reflete o posicionamento da empresa frente à questão ambiental, de forma ampla.
Investimentos ambientais operacionais.	$\frac{\text{Investimentos em prevenção}}{\text{Ativo imobilizado}}$	Revela a evolução dos investimentos em prevenção em relação a seu parque fabril.	Demonstra a preocupação com a qualidade do seu parque fabril.
Diminuição do patrimônio dos acionistas em decorrência de fatores ambientais.	$\frac{\text{Perdas ambientais}}{\text{Patrimônio líquido}}$	Mostra o percentual de seu patrimônio que está sendo diminuído em função de perdas ambientais.	Reflete o grau de cuidado com as operações, assim como o reflexo direto na alteração do patrimônio
Perdas ambientais da empresa.	$\frac{\text{Perdas ambientais}}{\text{Ativo total}}$	Relaciona o quanto, em termos percentuais, as perdas significaram sobre os bens e os direitos que a empresa dispunha no período.	Reflete o grau de conscientização mediante desastre ambiental.
Custos ambientais operacionais.	$\frac{\text{Custos ambientais}}{\text{Receitas operacionais}}$	Indica o quanto os custos ambientais apropriados no período representam as receitas operacionais.	Demonstra investimento da empresa na qualidade ambiental de seus produtos e como a referida relação pode afetar seu resultado.
Despesas ambientais e as operações.	$\frac{\text{Despesas ambientais}}{\text{Receitas operacionais}}$	Demonstra o quanto foi consumido de despesas, favorecendo o meio ambiente na geração de receitas operacionais.	Revela a relação entre a conscientização ambiental da empresa e suas atividades de comercialização.
Prevenção e valor adicionado gerado	$\frac{\text{Gastos totais com prevenção}}{\text{Valor adicionado total}}$	Relaciona os gastos em prevenção com o valor adicionado total.	Reflete com a empresa que está administrando seus gastos na prevenção de problemas ambientais face ao valor adicionado por suas operações.
Remediação e prevenção.	$\frac{\text{Gastos com remediação}}{\text{Gastos com prevenção}}$	Indica a relação entre remediação e prevenção.	Revela a postura da empresa em sua relação com meio ambiente.

Fonte: Adaptado de Paiva (2006)

A utilização de indicadores ambientais por empresas permite que sejam evidenciados, analisados e comparados os riscos e rentabilidade de cada investimento, possibilitando gerar informações fundamentais para o controle e qualidade ambiental, evitando a existência de prejuízos futuros. (RIBEIRO E LISBOA, 1992).

Sendo assim, os indicadores são ferramentas indispensáveis para a gestão empresarial, uma vez que o entendimento dos problemas ambientais ocorridos no período são

simplificados por meio da objetividade das informações constantes no balanço ambiental da empresa.

De acordo com os indicadores verdes descritos no quadro 4, verifica-se que o desempenho ambiental por meio de variáveis como custos de prevenção e detecção podem ser relacionados com o total dos gastos de uma entidade, revelando a postura da empresa com relação ao meio ambiente. A mesma contrapartida se utiliza com relação aos investimentos e o ativo total. Assim, para o alcance de um dos objetivos específicos propostos, podem-se tomar como base estes indicadores para propor outros de acordo com os dados coletados.

3 ANALISE DOS RESULTADOS

Após apresentação de alguns conceitos do tema em tela, se fez necessário a construção de um marco teórico que serviu de base para a realização desta pesquisa. Neste sentido, buscou-se a analisar os dados obtidos através das Demonstrações Financeiras e Relatório Anual de 2008 e 2009 para o alcance dos objetivos propostos. Neste capítulo foi apresentado um breve histórico da CSN e a análise dos dados desta pesquisa.

3.1 - Caracterização da empresa estudada

A Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, empresa anteriormente estatal, foi fundada em 9 de abril de 1941 e passou a operacionalizar a partir de 1º de outubro de 1946. Teve papel fundamental para a industrialização brasileira, por ter sido a pioneira na produção de aço plano no Brasil. O seu aço viabilizou a implantação das primeiras indústrias nacionais, núcleo do atual parque fabril brasileiro. Foi privatizada em 1993, com uma capacidade de produção anual de 5,6 milhões de toneladas e cerca de dezesseis mil empregados, concentrando suas atividades em siderurgia, mineração e infra-estrutura (CSN, 2010).

Conforme a CSN (2010) esta estabelece uma estratégia integrada e alinhada ao negócio principal, ocupando posição de liderança no setor siderúrgico brasileiro. Em 2001 adquiriu os ativos da *Heartland Steel*, constituindo a CSN LLC, nos Estados Unidos, iniciando o processo de internacionalização da empresa.

Nos dias atuais a CSN conta com uma usina siderúrgica integrada, cinco unidades industriais, com duas no exterior (Estados Unidos e Portugal). Além destas, pode-se citar também as minas de minério de ferro, calcário e dolomita. Assim, pode-se afirmar que a mesma se destaca pela forte distribuição de aços planos e ainda têm participações em terminais portuários, estradas de ferro e em duas usinas hidrelétricas (CSN, 2010).

A CSN (2010) atua com tecnologias de ponta, proporcionando um ambiente de trabalho seguro e saudável, onde são empregados sistemas de gerenciamento da qualidade e meio

ambiente (certificados pelas normas ISO 9001 e ISO 14001). Foram implementadas políticas de recursos humanos, atuação social permanente, e política de ética e transparência, que são valores presentes na cultura organizacional. Vale salientar que foi criado um Código de Ética elaborado com a participação dos empregados.

Segundo a CSN (2010), a mesma publica anualmente os seus Demonstrativos Financeiros, inclusive Relatório Anual com informações ambientais, assegurando ampla divulgação das diretrizes e realizações alcançadas, que vai ao encontro dos seus objetivos de atuar de forma socialmente responsável.

Esta pesquisa trata das informações ambientais desta empresa. Por esta razão, seguem-se informações sobre a gestão ambiental, contabilidade ambiental e indicadores de desempenho ambiental da CSN.

3.2 - Gestão Ambiental

A CSN conta com Certificação Ambiental expedida pela norma ISO 14.001:2004 em suas principais unidades produtivas, mas ainda em algumas unidades não adquiriu esta norma, gerando uma expectativa de que brevemente obtenha a referida certificação (RELATÓRIO ANUAL DA CSN, 2008).

Segundo o Relatório Anual da CSN (2008), esta empresa utiliza um Sistema de Gestão Ambiental, composto por um conjunto de normas e regras gerais de cunho corporativo, sendo utilizado de acordo com as especificidades de cada unidade produtiva da Companhia. Apoiado em seis pilares ele reflete a política ambiental da CSN, que é:

1. Suporte ao negócio;
2. Empresa transparente;
3. Melhoria contínua;
4. Prevenção de poluição;
5. Respeito à legislação ambiental; e,
6. Equacionamento de não-conformidades.

Esses princípios – que formam o acróstico SEMPRE – orientam os objetivos e as metas de cada unidade, seus programas e planos de ações preventivas e corretivas, além dos monitoramentos, das verificações e das auditorias que garantem a eficiência e a melhoria contínua do sistema (RELATÓRIO ANUAL DA CSN, 2008).

3.3 Indicadores de desempenho ambiental da CSN

Visando atingir o objetivo geral da pesquisa, buscou-se nos Demonstrativos Financeiros da CSN dos anos de 2008 e 2009 (em anexo), sua composição patrimonial para verificar a sua devida evidenciação.

Com relação à transparência das informações ambientais nos demonstrativos financeiros, pode-se verificar:

- Nas notas explicativas das demonstrações financeiras não se explica o que foi investimento no meio ambiente. Já no seu Relatório Ambiental (2009) explica que apesar da crise que assolou a economia mundial em 2009, a CSN investiu R\$ 289 milhões em ações para o meio ambiente (capital e custeio), montante inferior aos R\$ 331 milhões destinados no ano anterior.
- Segundo as notas explicativas de 2009, no que cerne os passivos ambientais, dos anos de 2008 e 2009, em 31 de dezembro de 2009, a Companhia mantinha provisão no montante de R\$ 116.309.000,00 (R\$ 71.361.000,00 em 2008) para aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais áreas contaminadas em estabelecimentos da Companhia nos Estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina. Estas mesmas informações são evidenciadas também no Balanço Patrimonial, em conta própria (Contingências Ambientais – Passivo Não Circulante – Passivo Exigível a Longo Prazo) e no Relatório Ambiental.
- No que tange o patrimônio ambiental, seus demonstrativos e notas explicativas não evidenciam o meio ambiente. Já no seu Relatório Ambiental (2009) descreve que os aportes de capital em meio ambiente aumentaram 27%, totalizando R\$ 194,6 milhões entre 2008 e 2009.

- Nas notas explicativas das Demonstrações Financeiras não descreve seus rendimentos ambientais, todavia no Relatório Ambiental (2008 e 2009) descreve que o total faturado em 2008 foi de R\$ 297,5 milhões e em 2009 foi de R\$ 206,3 milhões referente à venda do Piche Anódico, co-produto formado a partir dos gases de coqueria que é utilizado como matéria-prima na produção de alumínio.

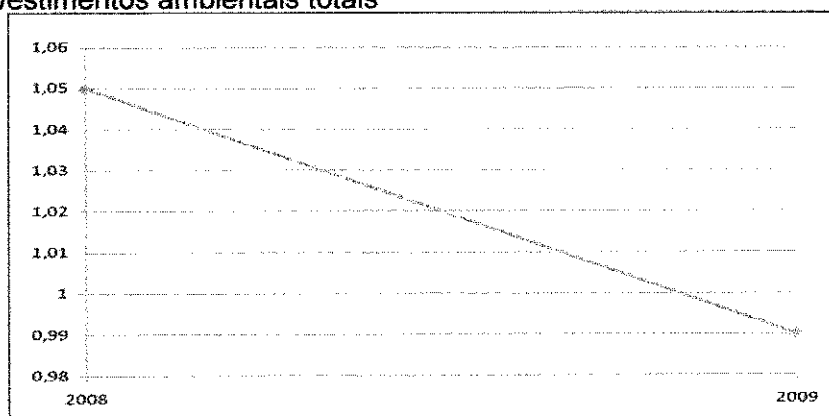
Observando esses fatores, verifica-se que nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas não evidenciam o patrimônio ambiental. Todavia há muitas informações a respeito no seu Relatório Anual. Neste sentido, esta pesquisa buscou estudar o uso de indicadores de desempenho ambiental como forma de evidenciar as informações necessárias para o controle da qualidade ambiental.

Conforme apresentado no quadro 4 (p. 42), que evidencia os indicadores verdes, buscou-se verificar indicadores ambientais para atingir os objetivos propostos desta pesquisa, segundo os dados coletados.

3.3.1 Investimentos Ambientais Totais

Nesta variável, que representa o montante de aplicações em Ativos Ambientais da empresa em relação ao total do Ativo, dentro do período analisado, a CSN investiu em 2008 1,05% de seu ativo total em ações para o meio ambiente, enquanto que no ano de 2009, foi apenas 0,99%, onde se observa uma leve diminuição.

Gráfico 1 – investimentos ambientais totais



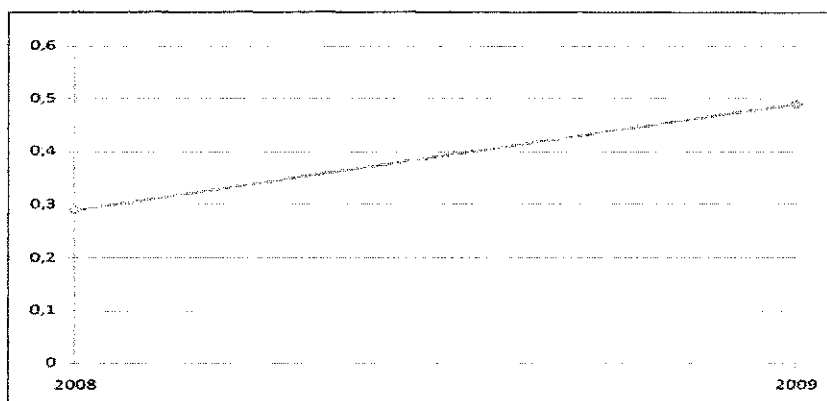
Fonte – Elaboração Própria (2010)

No gráfico 1, nota-se que houve uma redução nos investimentos ambientais da CSN no ano de 2009, em relação a 2008, em 5,71%. Isto significa que a empresa praticamente manteve o nível de investimentos de um ano para o outro.

3.3.2 Obrigações Ambientais

Este indicador permite que se faça uma comparação do valor das obrigações ambientais em relação ao passivo total. Segundo gráfico 2, a CSN no ano de 2008 tinha uma provisão em seu passivo para obrigações com o meio ambiente de aproximado em 0,29% de seu passivo total e no ano de 2009 em 0,49%.

Gráfico 2 – obrigações ambientais



Fonte: Elaboração Própria (2010)

Por este gráfico 2, estas provisões mostram um ligeiro aumento de um ano para o outro, demonstrando a preocupação da empresa em provisionar recursos suficientes para eventual cumprimento de obrigações relativas ao meio ambiente.

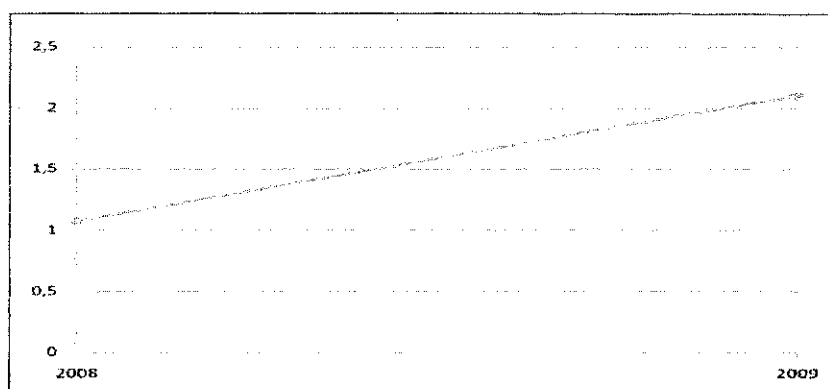
Estas informações são evidenciadas no Balanço Patrimonial, em conta própria (Contingências Ambientais – Passivo Não Circulante – Passivo Exigível a Longo Prazo) e no Relatório Ambiental.

O Relatório Ambiental (2009) afirma que essas informações são obrigações estabelecidas por meio de instrumento administrativo ou judicial, bem como riscos para quitar custos de remediação, indenizações, sanções ou compensações pecuniárias.

3.3.3 Patrimônio Líquido Ambiental

Esta variável permite analisar os gastos da empresa em meio ambiente em relação ao Patrimônio Líquido e que no período estudado, verifica-se no gráfico 3, um montante de provisão para gastos com o meio ambiente no percentual de 2,11% em relação ao patrimônio líquido de 2009 e em 2008 de 1,07% em relação ao patrimônio líquido do referido ano.

Gráfico 3 – contingências ambientais



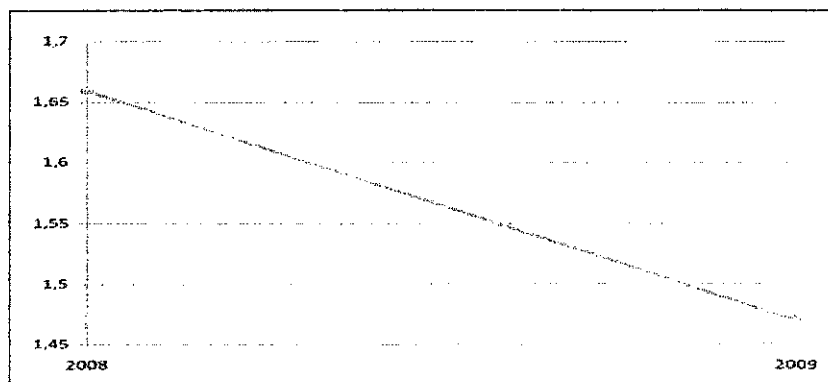
Fonte: Elaboração Própria (2010)

Podemos observar no gráfico 3, que ocorreu um aumento de 97,2% nas provisões de um ano para outro, ou seja, praticamente as contingências ambientais dobraram de 2008 para 2009.

3.3.4 Receitas Ambientais

Também este indicador permite analisar as receitas ambientais pela receita total da empresa em cada ano, onde se obteve o resultado de que a CSN nos anos de 2008 e 2009 (gráfico 4) proporcionou uma receita ambiental equivalente a 1,66% e 1,47% respectivamente em suas atividades em relação a sua receita total dos períodos anteriormente informados.

Gráfico 4 – Receitas ambientais



Fonte: Elaboração Própria

Conforme gráfico 4, verifica-se que houve uma diminuição da receita de 2009 em relação a 2008 de 11,45%. Essas receitas ambientais são efetivamente da comercialização de um produto utilizado como matéria prima na fabricação do alumínio que é o piche anódico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho foi verificar a transparência nas informações ambientais fornecidas pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) nos demonstrativos financeiros nos anos de 2008 e 2009. O estudo baseou-se no conhecimento de literaturas existentes sobre o assunto, como também no site da CSN, especificamente nas demonstrações financeiras, notas explicativas e relatórios anuais, onde foram analisados os dados por indicadores ambientais (indicadores verdes) adaptados.

Conforme informações coletadas, os ativos e passivos ambientais do período de 2008 e 2009 decorrem de investimentos de capital e custeio e aplicação em gastos relativos a serviços para investigação e recuperação ambiental de potenciais, descritas nos Relatórios Anuais e Notas Explicativas.

Foram verificados indicadores ambientais adaptados que podem ser utilizados na empresa. Devido às limitações nas informações ambientais nos demonstrativos financeiros, foram estudados os seguintes indicadores: Investimentos Ambientais Totais, Obrigações Ambientais, Patrimônio Líquido Ambiental e Receitas Ambientais.

Por meio destes, verificou-se um expressivo aumento em investimentos em ações ambientais e preocupação em provisionar recursos suficientes para eventual cumprimento de obrigações relativas ao meio ambiente, em especial nas contingências ambientais, que dobraram de ano para o outro. Percebeu-se também uma redução na receita ambiental referente a comercialização do piche anódico. Com base no estudo desses indicadores, percebeu-se que houve interação entre as ações ambientais descritas pela CSN, com seus gastos e investimentos descritos nos seus demonstrativos.

Por meio de análise das demonstrações financeiras da CSN, verificou-se que a mesma embora divulgue em seus relatórios anuais diversas atividades relacionadas ao meio ambiente como recuperação de áreas degradadas, prevenção de contaminação, custos de remediação e cumprimento de obrigações ambientais como sanções, indenizações ou compensações pecuniárias, esta não evidencia em seu Balanço Patrimonial, os ativos e passivos ambientais, com exceção no patrimônio líquido onde consta provisão de contingência ambiental, ou seja, não há uma transparência nessas informações ao se comparar com seu relatório anual.

Também, nas Demonstrações de Resultado do Exercício não são divulgados claramente os investimentos e custos ambientais, dificultando assim analisar indicadores mais precisos. Mesmo com esta limitação, utilizaram-se alguns indicadores ambientais como: investimentos ambientais com relação ao total de seus investimentos, obrigações ambientais com relação ao total de suas dívidas e o patrimônio ambiental, que demonstraram valores não muito expressivos com relação ao total das suas origens e aplicações de recursos.

Nas Notas Explicativas, a CSN relata várias aplicações de recursos, custos e receitas na área ambiental, como também nos relatórios anuais divulgados, especialmente no Relatório Ambiental, o que deveria ser também mensurado nas suas demonstrações financeiras.

Este estudo permitiu uma compreensão do funcionamento de uma organização em relação ao contexto ambiental na qual está inserida, para estabelecer uma tipologia de organizações com base na análise das características que apresentam em função de seu setor econômico.

Os objetivos propostos para a pesquisa foram alcançados, sendo verificado que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) não divulga com transparência os seus fatos contábeis ambientais, não deixando transparentes essas informações.

Portanto, para a obtenção de uma maior transparência nas informações ambientais, sugere-se que a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN divulgue em seus balanços patrimoniais conforme o quadro 2 (p. 37) deste trabalho, evidenciando os seus ativos e passivos ambientais.

Recomenda-se ainda para futuras pesquisas, a utilização de indicadores verdes para uma melhor compreensão das aplicações e custos ambientais da empresa num período de cinco anos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thiago Almeida Alexandre das Neves. **Evidenciação Dos Gastos Com Gestão Ambiental Em Municípios Nordestinos No Período De 2005 A 2008**. Dissertação de Mestrado (2010). In: Programa de Pós Graduação Multiinstitucional em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília. UFPB e UFRN, out 2010.

ASHLEY, Patrícia A. et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva 2002.

BRAGA, Célia: **Contabilidade Ambiental: ferramenta para gestão da sustentabilidade**. 1 ed. São Paulo, Atlas, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>> Acesso em: 25 Mai. 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais**. Lei 76.900, de 23 dez 1975. Disponível em: <http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp>. Acesso em: 15 Ago. 2010.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução n. 1.003/04 - Aprova a NBC T 15 – Dispõe sobre Informações de Natureza Social e Ambiental**. Brasília: CFC, 2004.

CAMPOS, Lucila M. De S. **O processo de gestão dos custos da qualidade ambiental**. Revista Brasileira de Custos. São Leopoldo, v.1, nº 1, mai/ago. 1999.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga de. **Contabilidade ambiental**. Curitiba. Juruá, 2007.

CSN, **Perfil da empresa**, 2010. Disponível em: <http://www.csn.com.br/portal/page?_pageid=456,170479&_dad=portal&_schema=PORTAL>. Acesso dia 25 Set. 2010.

CSN. **Relatório anual**, 2008. Disponível em: <http://www.csn.com.br/RELATORIO_ANUAL/>. Acesso em 02 Out. 2010.

CSN. **Relatório anual**, 2009. Disponível em: <<http://www.csn.com.br/CSN/result/index.html>>. Acesso em: 02 Out. 2010.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB**. 1º ed. São Paulo; Atlas, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social**. 1º ed. São Paulo, 2009

DONAIRE, Denis. **Gestão ambiental na empresa**. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas; 2003.

FERREIRA, Aracéli Cristina de. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável**. 2ª. ed, São Paulo: Atlas, 2007.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; SOUZA, Antonio Carlos; OTANI, Nilo, **TCC Métodos Técnicas**. Florianópolis. Visual Books, 2007.

FORTES, José Carlos. **Ética e responsabilidade profissional do contabilista**. Fortaleza: Fortes, 2002.

FRANCO, H. **Contabilidade Geral**. 23º Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FREIRE, Fátima de Souza; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Balço Social : Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio, Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas: Atlas, 1994.

HANSEN, P. e MOWEN, M.M. **Gestão de custos: contabilidade e controle**. São Paulo, Editora Pioneira, 2003.

HERCKERT, W. **O patrimônio e o desenvolvimento sustentável**. 2008. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/o-patrimonio-desenvolvimento-sustentavel.htm>>. acesso em 26 Ago. 2010.

HERCKERT, W. Balço Ambiental. 2010. disponível em: <<http://www.netlegis.com.br/indexRC.jsp?arquivo=detalhesArtigosPublicados.jsp&cod2=1030>>. Acesso em: 29 Ago. 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **Normas e procedimentos de auditoria**. NPA 11 – Balço e Ecologia. São Paulo: IBRACON, 1996.

IUDÍCIBUS, Sérgio; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade Para não Contadores**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

KPMG- **environmental Consulting. KPMG International Survey of Environmental Reporting**. 1999. Disponível em: <<http://cei.sunderland.ac.uk/envrep/kpmg1999.pdf>> Acesso em: 28 Abr. 2010.

LISBOA, Lázaro Plácido. **Ética geral e profissional em contabilidade**. 2 ed. 9. Reimpr. - São Paulo: Atlas, 2007.

MAIMON, D. **Passaporte Verde: Gestão Ambiental e Competitividade**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1996.

MAIMON, D. **Ativo e Passivo Ambiental**. 1999. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/economia/ativo-passivo-ambiental.htm>>. Acesso em: 26 Ago. 2010.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo. Atlas: 2003.

MATIAS, Pereira, J. **Manual de Metodologia de Pesquisa (NBR 14724/2002)**. Brasília: CEAD/UnB, 2006.

MIRANDA, Roberto de Lira. **Qualidade total rompendo barreiras entre a teoria e a prática**. São Paulo: Makron Books. 1994.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade ambiental: evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. 1ª Ed. São Paulo, Atlas, 2006.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**. São Paulo: Atlas; 2007.

RIBEIRO, Maísa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (mestrado). FEA/USP, 1992.

RIBEIRO, Maísa de Souza, LISBOA, Lázaro Plácido. **Passivo Ambiental**. Revista Brasileira de Contabilidade. Brasília-DF: ano 29, nº 126, Nov/dez. 1992.

RIBEIRO, Maísa de Souza, GRATÃO, Ângela Denise. **Custos ambientais – o caso das empresas distribuidoras de combustíveis**. Trabalho apresentado no VII Congresso Brasileiro de Custos, Recife – PE – 28/07 a 04/08/00.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SÁ, Antônio Lopes de. **História Geral e das Doutrinas da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, Antônio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. Ed. Atlas. São Paulo, 1998.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro de. **Metodologia da pesquisa aplicada à Contabilidade: Orientações de estudos, projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: Métodos e técnicas**. Florianópolis: Editora Visual Books, 2007.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e Terceiro setor: criação de ONGs e estratégias de atuação**. 2ª Ed. São Paulo. Atlas, 2004.

TEIXEIRA, L. G. A. **Contabilidade ambiental: a busca da eco-eficiência**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. *Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Goiânia, 2000.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio e KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João Eduardo Prudência e KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira: **contabilidade e gestão ambiental**, 2º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

UFPI. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Associação Brasileira de Normas Técnicas**, 2010. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/bccb/index/pagina/id/135>> Acesso em: 12 ago 2010.

VALENÇA, Antonio C.V.; MATTOS, René L.G. **A década de 90 –mercado de celulose-BNDES- área de operações industriais 2 – AO2-** Abr. 2001. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 28 Abr. 2010.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente**. São Paulo: Pioneira, 1995.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social: NBR 16.001/AS 8.000: implantação e prática.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo. Atlas, 2002.

ANEXOS

Demonstrações Financeiras →

2009



Companhia Siderúrgica Nacional

Demonstrações Financeiras →

ÍNDICE

Balancos Patrimoniais	02
Demonstrações dos Resultados	04
Demonstrações do Valor Adicionado	05
Demonstrações da Mutação do Patrimônio Líquido	06
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	07
Notas Explicativas �s Demonstrações Financeiras	08
Parecer dos Auditores Independentes	64



Companhia Siderúrgica Nacional

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008

(EM MILHARES DE REAIS)

ATIVO

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2009	2008	2009	2008
Circulante					
Disponível	7	142.045	232.065	31.023	68.753
Contas a receber controladas	6	13.798	73.583	1.031.593	1.144.854
Contas receber terceiros	8	1.172.517	1.012.974	388.842	418.391
Títulos e valores mobiliários	7	7.944.697	8.992.048	2.841.896	1.200.793
Estoques	9	2.588.946	3.622.775	1.955.541	2.664.862
IR/CSLL a compensar		438.483	128.055	366.928	26.999
IR/CSLL diferidos	10	749.272	739.227	522.391	610.027
Dividendos propostos a receber			42.890	369.981	305.391
Instrumentos financeiros <i>equity Swap</i>			2.473.976		
Outros		518.836	1.011.107	245.192	158.600
		13.568.594	18.328.700	7.753.387	6.598.670
Não Circulante					
Realizável a longo prazo					
IR/CSLL diferidos	10	1.112.299	753.831	377.153	620.120
Outros tributos		236.852	302.831	153.578	189.401
Créditos com controladas		479.120		1.201.162	404.841
Depósitos judiciais		1.214.670	740.341	1.197.136	722.165
Títulos e valores a receber		212.486	376.374	27.139	90.711
Títulos e valores mobiliários			23.370		
Despesas antecipadas		105.921	125.011	17.390	29.283
Outros		278.814	192.414	162.717	28.396
		3.640.162	2.514.172	3.136.275	2.084.917
Permanente					
Investimentos		321.889	1.512	14.029.455	19.581.327
Investimentos em controladas	11			14.029.424	19.581.296
Outros investimentos	11	321.889	1.512	31	31
Imobilizado	12	11.145.530	10.083.777	7.418.185	6.887.348
Intangível	13	457.580	526.796	88.594	36.049
Diferido	14	33.469	42.482	28.514	34.531
		11.958.468	10.654.567	21.564.748	26.539.255
Total do ativo não circulante		15.598.630	13.168.739	24.701.023	28.624.172
TOTAL DO ATIVO		29.167.224	31.497.439	32.454.410	35.222.842

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2009	2008	2009	2008
Circulante					
Fornecedores		504.223	1.939.205	337.444	1.669.447
Empréstimos e financiamentos	15	1.160.407	2.916.759	1.679.464	2.683.841
Debêntures	15 e 16	30.659	44.428	21.592	33.947
Contas a pagar - empresas controladas		74.691	36.261	200.152	109.911
Salários e contribuições sociais		134.190	117.994	89.685	75.649
Tributos a recolher		336.804	333.811	89.880	54.716
Tributos parcelados	20	582.190	249.930	547.292	229.471
Provisão fundo de pensão		57.158	54.818	57.158	54.818
Dividendos propostos e JCP a pagar	23	1.562.085	1.790.642	1.561.713	1.769.348
Passivos contingentes líquidos de depósitos judiciais	21	83.462	91.710	75.423	84.650
Instrumentos financeiros <i>equity Swap</i>	18		1.596.394		
Outros		602.327	461.276	448.855	306.549
		5.128.196	9.633.228	5.108.658	7.072.347
Não Circulante					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	15	12.547.840	8.040.773	11.132.108	9.511.784
Debêntures	15 e 16	624.570	632.760	600.000	600.000
Provisões líquidas de depósitos judiciais	21	1.568.966	2.521.551	1.495.091	2.442.131
IR/CSLL diferidos	10	28.325			
Tributos parcelados	20	437.231	795.052	277.050	631.813
Provisão para perda em investimentos	11	(72)		51.246	39.014
Contas a pagar empresas controladas		2.980.772	2.878.200	8.016.557	8.000.005
Outros		257.903	333.286	209.067	177.286
		18.445.535	15.201.622	21.781.119	21.402.033
Participação de acionistas não controladores		83.060			
Patrimônio líquido					
	4 e 22				
Capital social integralizado		1.680.947	1.680.947	1.680.947	1.680.947
Reservas de capital		30	30	30	30
Reservas de lucros		4.211.770	4.781.485	4.265.970	3.768.756
Ajuste de avaliação patrimonial		(382.314)	200.127	(382.314)	1.298.729
		5.510.433	6.662.589	5.564.633	6.748.462
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		29.167.224	31.497.439	32.454.410	35.222.842

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(EM MILHARES DE REAIS, EXCETO O LUCRO POR AÇÃO)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2009	2008	2009	2008
RECEITA BRUTA					
Mercado interno		10.855.252	14.593.386	9.414.730	12.900.814
Mercado externo		3.197.187	3.274.628	1.494.799	960.722
		14.052.439	17.868.014	10.909.52	13.861.536
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA					
Tributos sobre vendas		(2.997.574)	(3.501.657)	(2.205.914)	(3.101.461)
Abatimentos e devoluções		[76.501]	[363.486]	[99.255]	[255.521]
		(3.074.075)	(3.865.143)	(2.305.169)	(3.356.982)
RECEITA LÍQUIDA	24	10.978.364	14.002.871	8.604.360	10.504.554
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	[6.788.092]	[7.023.504]	[5.544.860]	[5.434.460]
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		4.190.272	6.979.367	3.059.500	5.070.094
DESPEAS E RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas		(888.253)	(775.624)	(489.986)	(517.935)
Despesas gerais e administrativas		(483.067)	(498.159)	(322.313)	(329.148)
Outras despesas	26	[987.512]	[740.768]	[862.123]	[430.980]
Outras receitas	26	1.705.907	4.642.074	1.590.383	4.480.409
		(652.925)	2.627.523	(84.039)	3.202.346
LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS E DAS PARTICIPAÇÕES		3.537.347	9.606.890	2.975.461	8.272.440
Receitas (despesas) financeiras líquidas	25	[1.305.551]	[1.091.886]	[2.477.682]	[218.035]
Variações monetárias e cambiais líquidas	25	1.054.174	[1.688.844]	1.795.792	[1.364.197]
Resultado de equivalência patrimonial	11		[97.212]	450.749	[60.738]
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.285.970	6.728.948	2.744.320	6.629.470
Imposto de renda e contribuição social correntes		(581.735)	(1.355.770)	(270.649)	(572.075)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		[109.323]	400.971	94.906	[283.264]
	10	(691.058)	(954.799)	(175.743)	(855.339)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		2.594.912	5.774.149	2.568.577	5.774.131
Participação de acionistas não controladores		3.753			
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2.598.665	5.774.149	2.568.577	5.774.131
Quantidade de ações em circulação					
no final do exercício (em milhares)	22			728.985	758.670
Lucro por ação no final do exercício				3,52350	7,61086

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(EM MILHARES DE REAIS)

	Consolidado		Controladora	
	2009	2008	2009	2008
Receitas				
Vendas mercadorias, produtos e serviços	14.708.726	18.857.359	11.472.219	14.496.904
Outras receitas/despesas	787.212	4.154.931	790.334	4.164.628
Provisão/rev. crêds. liquidação duvidosa	(125.943)	(87.054)	(120.209)	(90.473)
	15.369.995	22.925.236	12.142.344	18.571.059
Insumos adquiridos de Terceiros				
Custos prods., mercs. e servs. vendidos	(7.596.065)	(8.791.322)	(6.194.709)	(6.685.507)
Materiais-energia-servs. terceiros-outros	(1.388.024)	(1.264.486)	(958.837)	(824.449)
Perda/recuperação de valores ativos	(29.715)	159.852	(27.642)	177.450
	(9.013.804)	(9.895.956)	(7.181.188)	(7.332.506)
Valor adicionado bruto	6.356.191	13.029.280	4.961.156	11.238.553
Retenções				
Depreciação, amortização e exaustão	(787.249)	(768.679)	(573.530)	(652.670)
Valor adicionado líquido produzido	5.568.942	12.260.601	4.387.626	10.585.883
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial		(97.212)	450.749	(60.738)
Receitas financeiras/variações cambiais ativas	101.223	2.138.251	(605.519)	1.381.310
Outros	629.260	20.800	634.080	20.718
	730.483	2.061.839	479.310	1.341.290
Valor adicionado total a distribuir	6.299.425	14.322.440	4.866.936	11.927.173
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	1.022.844	815.199	702.061	634.447
Remuneração direta	796.990	648.619	536.268	485.647
Benefícios	167.570	123.600	121.267	112.484
F.G.T.S.	58.284	42.980	44.526	36.316
Impostos, taxas e contribuições	2.323.574	2.762.501	1.519.906	2.504.489
Federais	1.831.872	2.024.922	1.122.403	1.843.886
Estaduais	463.497	722.298	379.093	654.917
Municipais	28.205	15.281	18.410	5.686
Remuneração de capitais de terceiros	354.342	4.970.592	76.392	3.014.106
Juros	346.598	4.970.533	74.123	3.014.048
Aluguéis	7.744	59	2.269	58
Remuneração de capitais próprios	2.598.665	5.774.148	2.568.577	5.774.131
Juros sobre o capital próprio	319.965	268.405	319.965	268.405
Dividendos	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Lucros retidos	748.612	4.005.725	748.612	4.005.726
Eliminação de lucros nos estoques	30.888	18		
	6.299.425	14.322.440	4.866.936	11.927.173

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação		Reservas de Lucros			Lucros Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido	
			Lucro na Alienação de Ações	De Bens Próprios	De Bens de Controladas	De Lucros a Realizar	Ações em Tesouraria				
											Integralizado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	1.680.947	30	4.360.515	225.038	336.190	1.768.320	(743.430)			7.627.610	
Ajustes de exercícios anteriores											
Reversão reserva de reavaliação - Adoção inicial Lei nº 11.638/07			(4.360.515)	(225.038)						(4.585.553)	
Reversão por prescrição de dividendos conf. Ata de 29/04/2008							297			297	
Reversão por prescrição de juros sobre o capital próprio conf. Ata de 14 e 29/04/2008							56			56	
Saldo ajustado	1.680.947	30			336.190	1.768.320	(743.430)	953		3.042.410	
Lucro líquido do exercício								4.675.526		4.675.526	
Destinações											
Reserva de investimentos						2.725.172		(2.725.172)			
Dividendos antecipados pagos em 12/08/2008 (R\$0,21090 por lote de mil ações)								(160.000)		(160.000)	
Juros sobre o capital próprio declarados (R\$0,35378 por lote de mil ações)								(268.405)		(268.405)	
Dividendos declarados (R\$1,97714 por lote de mil ações)								(1.500.000)		(1.500.000)	
Ajustes de avaliação patrimonial Lei nº 11.638/07											
Ajustes acumulados de conversão									1.298.729	1.298.729	
Ajustes ativo diferido								(22.302)		(22.302)	
Recuperação de ações em tesouraria								(317.496)		(317.496)	
Cancelamento de ações em tesouraria						(341.884)		341.884			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	1.680.947	30			336.190	4.151.608	(719.042)		1.298.729	6.748.462	
Ajustes de exercícios anteriores											
Reversão por prescrição de dividendos conf. Ata de 31/01/2006								268		268	
Reversão por prescrição de Juros sobre o capital próprio conf. Ata de 28/04/2006								36		36	
Efeito de variação cambial do exercício de 2008 conf. deliberação CVM nº 624/10								1.098.605	(1.098.605)		
Constituição de lucros a realizar sobre o dividendo conf. AGE 30/04/2009						(2.493.493)	2.493.493				
SALDO AJUSTADO EM 31/12/2008	1.680.947	30			336.190	1.658.115	2.493.493	(719.042)	1.098.909	200.124	6.748.766
Lucro líquido do exercício								2.568.577		2.568.577	
Destinações											
Dividendos declarados (R\$2,05766 por lote de mil ações)								(1.500.000)		(1.500.000)	
Juros sobre o capital próprio (R\$0,43892 por lote de mil ações)								(319.965)		(319.965)	
Reserva de investimentos						561.657		(561.657)			
Reserva de lucros a realizar							1.285.864	(1.285.864)			
Ajustes de avaliação patrimonial Lei nº 11.638/07											
Ajustes acumulados de conversão									(619.323)	(619.323)	
Ajuste a valor de mercado reflexo - Investimento Riversdale Mining Limited									36.885	36.885	
Recuperação de ações em tesouraria conf. AGE 13/08/2009								(1.350.307)		(1.350.307)	
Cancelamento de ações em tesouraria conf. AGE 21/08 e 14/09/2009						(877.790)		877.790			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	1.680.947	30			336.190	1.341.982	3.779.357	(1.191.559)	(382.314)	5.564.633	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

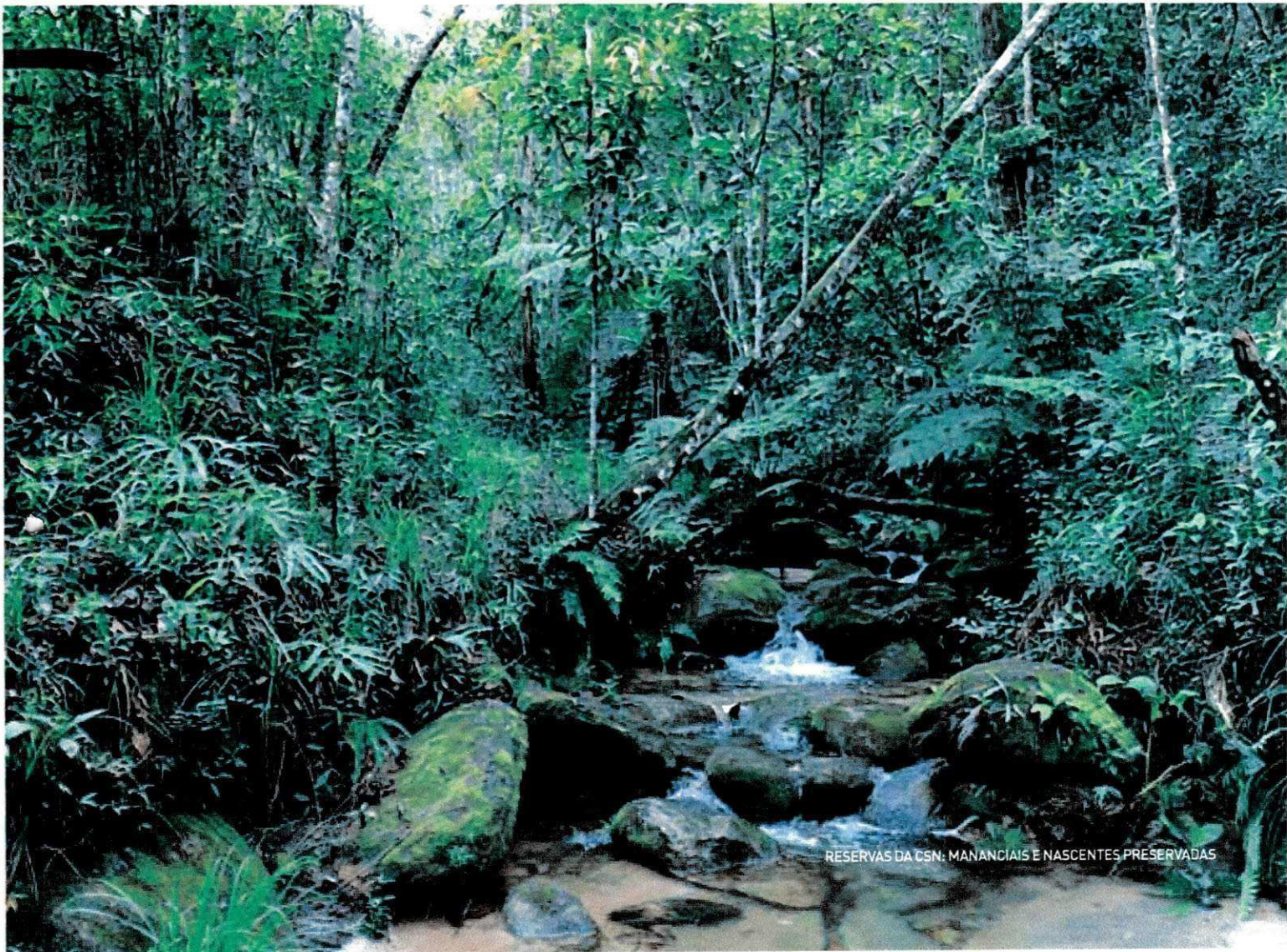
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(EM MILHARES DE REAIS)

	Nota Explicativa	Consolidado		Controladora	
		2009	2008	2009	2008
Fluxo de caixa das atividades operacionais:					
Lucro líquido do período		2.598.665	5.774.149	2.568.577	5.774.131
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período					
com os recursos provenientes das atividades operacionais:					
- Variações monetárias e cambiais líquidas		(2.024.573)	2.640.046	(2.625.095)	1.588.025
- Provisão para encargos sobre empréstimos e financiamentos		1.130.089	734.975	1.666.715	699.166
- Depreciação/exaustão/amortização		787.249	840.303	573.530	652.670
- Resultado na baixa e alienação de bens		70.494	59.183	59.733	23.922
- Resultado de participações societárias	11		97.212	(450.749)	60.738
- Ganho e Perda na variação percentual		(835.115)	(4.036.544)	(819.927)	(4.036.544)
- Participação dos acionistas não controladores		[3.753]			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	109.324	(400.971)	(94.904)	283.264
- Provisão Swap		(88.986)	(1.213.053)		(51.722)
- Provisão passivo atuarial		(47.622)	(114.815)	(47.622)	(114.815)
- Provisão para contingências		99.157	80.738	91.436	58.404
- Outras provisões		435.622	288.331	381.869	244.959
		2.230.551	4.749.554	1.303.561	5.182.098
[Aumento] diminuição nos ativos:					
- Contas a receber		(51.082)	(434.943)	(321.750)	(653.856)
- Estoques		926.260	(1.138.139)	598.805	(744.089)
- Créditos com controladas e coligadas				(41.465)	614.296
- Impostos a compensar		(313.697)	(392.546)	(354.068)	(123.472)
- Outros		311.966	(537.709)	17.343	241.383
		873.447	(2.503.337)	(101.135)	(665.738)
Aumento [diminuição] nos passivos:					
- Fornecedores		(1.137.203)	322.676	(1.027.178)	452.858
- Salários e encargos sociais		15.257	7.681	14.037	2.752
- Tributos		263.734	460.596	269.107	(376.338)
- Tributos parcelados - Refis		(103.775)		(103.500)	
- Contas a pagar - empresa controlada				106.787	145.260
- Passivos contingentes		(422.375)	135.536	(427.355)	184.849
- Outros		18.714	1.934.265	(119.697)	60.811
		(1.365.648)	2.860.754	(1.287.799)	470.192
Encargos sobre empréstimos e financiamentos pagos					
- Juros pagos		(992.280)	(805.046)	(1.073.098)	(698.278)
- Juros sobre Swap pagos		(742.700)	(317.991)	(17.000)	(396.424)
		(1.734.980)	(1.123.037)	(1.090.098)	(1.094.702)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
		3.370	3.983.934	(1.175.471)	3.891.850
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos:					
- Realização de Swap		248.966			
- Redução de capital de sociedade controlada				5.948.849	
- Depósitos judiciais		(737.041)	(328.389)	(702.598)	(319.113)
- Efeitos líquidos do Equity Swap		1.420.322	(656.476)		
- Investimentos/AFACs		(284.232)	(40.937)	(1.485.149)	(8.310.253)
- Imobilizado		(1.996.759)	(2.305.347)	(1.164.430)	(1.217.660)
- Intangíveis		(1.729)			
- Diferido			(118.705)		(79.440)
		(1.350.473)	(3.449.854)	2.596.672	(9.926.466)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento:					
- Empréstimos e financiamentos		7.671.696	5.831.674	5.946.354	10.185.700
- Recebimento pela emissão de ações			4.036.544		
- Instituições financeiras - principal		(2.783.313)	(1.814.824)	(2.384.724)	(1.385.459)
- Juros sobre capital próprio/dividendos		(2.027.600)	(2.274.565)	(2.027.600)	(2.274.565)
- Ações em tesouraria		(1.350.307)	(317.498)	(1.350.307)	(317.498)
		1.510.476	5.461.331	183.723	6.208.178
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento					
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa					
		(1.300.744)	861.349	(1.551)	350.869
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					
		(1.137.371)	6.856.760	1.603.373	524.431
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		9.224.113	2.367.353	1.269.546	745.115
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					
		8.086.742	9.224.113	2.872.919	1.269.546
Informações adicionais aos fluxos de caixa					
- Imposto de renda e contribuição social pagos		747.845	975.320	570.561	778.811

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

10.

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL



RESERVAS DA CSN: MANANCIAIS E NASCENTES PRESERVADAS

A CRIAÇÃO DO CONSELHO DE SUSTENTABILIDADE, COM O OBJETIVO DE PLANEJAR E INCORPORAR AÇÕES QUE CONTRIBUAM CADA VEZ MAIS PARA A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL, FOI APENAS UM DOS DESTAQUES DE 2009 RELACIONADOS AO COMPROMISSO DA CSN EM GERIR OS NEGÓCIOS CAUSANDO O MÍNIMO IMPACTO AO MEIO AMBIENTE. O CRESCIMENTO DA COMPANHIA ESTÁ FORTEMENTE PAUTADO EM UMA ATUAÇÃO AMBIENTALMENTE RESPONSÁVEL, SENDO ESTE CRITÉRIO, INCLUSIVE, UM DE SEUS PRINCIPAIS VALORES CORPORATIVOS.

A CSN procura ir além do cumprimento rigoroso da legislação e das normas ambientais, investindo de forma contínua na adoção de práticas avançadas de gestão ambiental, a fim de monitorar proativamente riscos e gerar cada vez menos resíduos em seus processos industriais.

Apesar da crise que assolou a economia mundial em 2009, a CSN investiu **R\$ 289 milhões** em ações para o meio ambiente (capital e custeio), montante inferior aos R\$ 331 milhões destinados no ano anterior.

Na comparação com o biênio 2006/2007, os aportes de capital em meio ambiente aumentaram 27%, totalizando R\$ 194,6 milhões entre 2008 e 2009. Os principais investimentos foram feitos na adequação das estações de tratamento de água da usina Presidente Vargas, com o objetivo de aperfeiçoar o controle sobre os efluentes. Houve melhorias, inclusive de automação, nas estações de tratamento de efluentes (ETE) químicos e biológicos, além de aquisição de novos filtros gravimétricos, instalação de tanques reserva, manutenção e aprimoramento dos equipamentos de controle de poluição atmosférica.

As verbas de custeio também aumentaram significativamente no último biênio, na comparação com 2006/2007, passando de R\$ 365,9 milhões para R\$ 425,9 milhões. Somente em 2009 foram investidos R\$ 208,7 milhões em custeio.

POLÍTICA E GESTÃO AMBIENTAL

Todas as ações da Companhia baseiam-se em diretrizes de prevenção do meio ambiente de acordo com a política ambiental da CSN, que é apoiada em seis pilares, que formam o acróstico S.E.M.P.R.E, conforme pontuados a seguir.

Suporte ao negócio - incorporar o fator ambiental como parte integrante de toda decisão de negócios;

Empresa transparente - manter canais de comunicação permanentemente abertos com o governo, os empregados e a comunidade, no que concerne às questões ambientais da empresa;

Melhoria contínua - melhorar continuamente o desempenho ambiental de seus processos;

Prevenção da poluição: desenvolver e incentivar programas visando à prevenção da poluição nas suas fontes geradoras;

Respeito à legislação ambiental - atender à legislação ambiental vigente e demais requisitos, buscando, sempre que possível, alcançar resultados melhores do que os exigidos;

Equacionamento das não-conformidades - reconhecer e atuar no equacionamento das não-conformidades ambientais de sua responsabilidade.

Para monitorar e adotar novas práticas sustentáveis alinhadas com esses princípios, a CSN conta com dois importantes instrumentos de apoio, detalhados na sequência:

Sistema de Gestão Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental (SGA) é uma importante ferramenta de melhoria contínua no estabelecimento de objetivos, metas e planos de ações preventivas e corretivas com base na política citada, levando em conta as especificidades das unidades de produção da Companhia.

A CSN continuou em 2009 seus esforços para unificação do SGA em todas as unidades, no intuito de ter melhor controle sobre os sistemas. Estima-se que esta etapa seja encerrada em 2010.

Muitas unidades produtivas já contam com o Sistema de Gestão Ambiental certificado pela norma ISO 14.001/2004: usinas Presidente Vargas, Galvasud, CSN Paraná, mina de Arcos e mina Casa de Pedra. A expectativa é de que, ainda em 2010, o Sepetiba Tecon seja também certificado.

Conselho de Sustentabilidade

Com o objetivo de debater, planejar e incorporar ações que contribuam cada vez mais para a preservação ambiental, sempre alinhadas com a sua missão e a estratégia de negócios, a CSN criou, em 2009, um Conselho de Sustentabilidade.

Estabelecido oficialmente em janeiro de 2010 e liderado por **Benjamin Steinbruch**, Presidente do Conselho de Administração, o Conselho reúne executivos importantes da companhia como, **José Taragano**, Diretor Executivo; **Marcelo Behar**, Diretor Corporativo Institucional; **Marcos Barreto**, Presidente da Fundação CSN; **Thomaz Zanotto**, Assessor para Assuntos Internacionais; **Gerson Scheufler**, Gerente Geral de Meio Ambiente; **Helena Guerra**, Gerente de Estudos e Projetos Ambientais; além de renomados profissionais da área ambiental, dentre eles, **Carlos Nobre**, chefe do Centro de Ciência do Sistema Terrestre (INPI); **Adalberto Veríssimo**, pesquisador-sênior do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon); **Jorge Viana**, ex-governador e Presidente do Fórum de Desenvolvimento Sustentável do Acre; **Bertha Becker**, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e **Tasso Azevedo**, Ex-Diretor do Programa Nacional de Florestas e atual Consultor Especial do Ministério do Meio Ambiente.

Com reuniões bimensais, o Conselho já discutiu a possibilidade de criar um projeto para a Amazônia, ligado a atividades de parceiros da CSN em Rondônia. Outras iniciativas contemplam formas de diminuir o impacto ambiental da companhia, como a melhoria na reciclagem de materiais, controle de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e de material particulado.

QUALIDADE DO AR

A CSN realiza o monitoramento rigoroso de suas emissões atmosféricas, cumprindo de forma efetiva os parâmetros estipulados pela legislação ambiental. Para isso, mantém uma sofisticada rede de monitoramento da qualidade do ar, instalada em diversas estações nas unidades produtivas e nas comunidades do entorno. O resultado é sistematizado pelo Índice de Qualidade do Ar (IQA), medido pelos órgãos ambientais por meio de dados enviados em tempo real.

A usina Presidente Vargas, em Volta Redonda (RJ), conta com um Comitê Interno de Gestão Ambiental, formado por colaboradores de diversas áreas. O grupo é responsável em assegurar o cumprimento de todos os requisitos legais e prospectar novas tecnologias de monitoramento a serem implementadas.

A CSN vem desenvolvendo projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDLs), buscando ingressar no mercado de crédito de carbono estipulado pelo Protocolo de Quioto, iniciativa mundial para estabelecer metas e ações de redução na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE). Em 2009, iniciou-se a implementação do projeto de adição de escória na produção de cimento, em substituição ao clínquer. Os estudos para a adoção de novos projetos de MDL prosseguem em 2010.

A Companhia possui outras iniciativas para diminuir as emissões de gases que afetam a camada de ozônio, tais como:

- ELIMINAÇÃO DO USO DE GASES QUE CONTÊM CLOROFLUORCARBONETOS (CFCS) NO PROCESSO PRODUTIVO;
- ESTUDO DE OPORTUNIDADES DE REDUÇÃO DE EMISSÕES E APROVEITAMENTO ENERGÉTICO; E
- REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS CONFORME RECOMENDADO PELA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE AÇO (EM INGLÊS: *WORLD STEEL ASSOCIATION*).

RECURSOS HÍDRICOS

Reduzir o volume de captação dos recursos hídricos a ser usado no processo produtivo é um dos desafios assumidos pela CSN, que prima pelo uso racional da água e pelo tratamento correto dos efluentes gerados em suas instalações. A Companhia reconhece que o recurso natural é essencial para a vida humana e para preservação dos ecossistemas, bem como um valor estratégico econômico para a geração de produtos e alimentos, por meio de processos industriais. Sua principal unidade de produção, a usina Presidente Vargas, capta 5,75 mil litros por segundo e, em caso de emergência, o moderno sistema de captação e tratamento de água é capaz de abastecer até mesmo parte da população de Volta Redonda.

Em 2009, foram investidos **R\$ 137,85 milhões** em maquinário e custeio do controle de poluição dos recursos hídricos, incluindo equipamentos e obras de melhoria nas Estações de Tratamento de Efluentes (ETE) da usina Presidente Vargas. No total, a operação da CSN em Volta Redonda conta com nove casas de bombas para a recirculação de água e 15 estações de ETE, sendo nove dessas em circuito fechado, responsáveis pelo retorno total de água tratada ao processo industrial, e outras seis para posterior descarte no rio Paraíba do Sul, dentro dos padrões ambientais exigidos. Com esse cenário, foi possível reduzir para menos da metade o volume de captação de água bruta nos últimos dez anos e atingir o índice de 85% de reaproveitamento da água captada.

A Companhia continua em busca de novas tecnologias, visando à aumentar a taxa de recirculação da água, além de investir de forma significativa na melhoria do controle e tratamento dos efluentes gerados na produção.



RECICLAGEM CONSCIENTE

A INSTALAÇÃO DE POSTOS DE COLETA MATERIAL RECICLÁVEL NAS LOJAS DA REDE CARREFOUR, INICIATIVA LIDERADA DESDE 2008 PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMBALAGEM DE AÇO (ABEACO), GANHOU O APOIO DA CSN, A PARTIR DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2009, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA A NECESSÁRIA DIMINUIÇÃO DOS RESÍDUOS ENCAMINHADOS AOS ATERROS, O PROGRAMA BUSCA DESPERTAR O CONSUMO CONSCIENTE DOS CLIENTES.

A CONTRIBUIÇÃO DA CSN, JUNTAMENTE COM A ABEACO, PERMITIRÁ A EXPANSÃO DE 27 POSTOS DE COLETA EM 2010, ALÉM DOS SEIS JÁ EXISTENTES NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE, QUE RECEBEM RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS (VIDRO, PLÁSTICO, PAPEL, AÇO E ALUMÍNIO) E ÓLEO POS-CONSUMO. UM LEVANTAMENTO PREVIU CONTABILIZAR A ARRECADAÇÃO DE 35,5 TONELADAS DE RECICLÁVEIS EM DUAS LOJAS DO CARREFOUR NA CAPITAL PAULISTA E UMA EM PIRACICABA (SP).

A IMPORTÂNCIA DA RECICLAGEM TAMBÉM É DISSEMINADA PELO PROJETO RECICLACO, DESENVOLVIDO DESDE 2001 PELA METALIC, EM MARACANAÚ (CE). O OBJETIVO É INCENTIVAR A RECICLAGEM DE LATAS PARA BEBIDAS NO NORDESTE, CONTRIBUINDO TAMBÉM PARA A ATIVIDADE ECONÔMICA DE 45 MIL CATADORES DE RECICLÁVEIS. O PROGRAMA SUBSIDIA O SERVIÇO DE COLETA, OFERECENDO PREÇO MELHOR AO MERCADO DE SUCATA, O QUE INCENTIVA O TRABALHO DE CATADORES E SUCATEIROS. CERCA DE 70 MIL TONELADAS DE LATAS DE AÇO PARA BEBIDAS JÁ FORAM RECOLHIDAS DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA.

DENTRO DE SEU PRÓPRIO PROCESSO PRODUTIVO, A CSN TAMBÉM COMEMORA A REALIZAÇÃO DE UM INÉDITO PROJETO DE RECICLAGEM DE SUCATA DE ALUMÍNIO, QUE COMEÇOU NA USINA PRESIDENTE VARGAS, DESENVOLVIDO PELA EQUIPE DA GERÊNCIA GERAL DE PROCESSOS SIDERÚRGICOS (GGPSI). O GRANDE DIFERENCIAL É A ELIMINAÇÃO DO PROCESSO DE FUSÃO DE TRÊS TIPOS DE SUCATA DE ALUMÍNIO QUE JUNTOS SÃO MISTURADOS AO ESTOQUE DE DESOXIDANTE. ESTATÍSTICAS MOSTRAM QUE AO USAR 86 TONELADAS DE SUCATA DE AÇO IN NATURA 20 TONELADAS DE GÁS CARBÔNICO DEIXAM DE SER LANÇADAS NA ATMOSFERA.

SUBPRODUTOS E REJEITOS

A política de gerenciamento de resíduos da CSN segue aspectos criteriosos para o destino ambientalmente correto dos rejeitos, impedindo a contaminação do solo, dos lençóis freáticos e da atmosfera, além de buscar o aproveitamento máximo dos subprodutos como matéria-prima de outros processos produtivos.

Em 2009, a usina Presidente Vargas (UPV) gerou 3,16 milhões de toneladas de resíduos, ou 726 kg por tonelada de aço bruto produzido. Desse total, 66,5 % foram vendidos; 32,36 % reciclados internamente; e apenas 1,14% foi co-processado, aterrado, reciclado externamente e/ou incinerado.

Quase 99% dos resíduos e subprodutos que a Companhia gera são reaproveitados comercialmente. Em 2009, o total faturado foi de R\$ 206,3 milhões, sendo o piche anódico – matéria-prima para o alumínio -, como um dos itens mais valorizados.

Ao investir no desenvolvimento de tecnologias para reciclagem de resíduos siderúrgicos, além do ganho econômico, a CSN contribui para o meio ambiente, com a redução significativa da disposição desses resíduos.

ENERGIA

A CSN é uma das maiores consumidoras industriais de energia elétrica do Brasil e, por isso, procura investir no aumento da eficiência energética de seus processos e em projetos para garantir autossuficiência, apostando em hidrelétricas, fonte de energia considerada limpa, e termelétricas que reaproveitam os gases siderúrgicos residuais.

A Companhia investe em ativos de geração hidráulica, com participação nas usinas Hidrelétricas de Itá (SC) e de Igarapava (divisa de São Paulo e Minas Gerais), com capacidade instalada, respectivamente, de 1.450 MW e 210 MW.

Já a Central de Co-geração Termoelétrica (CTE III), com capacidade instalada de 238 MW e integrada à usina Presidente Vargas, configura-se na mais importante iniciativa de geração de energia aliada com redução das emissões de Gases de Efeito Estufa. A termoelétrica trabalha com ciclo combinado, com o reaproveitamento energético dos gases siderúrgicos residuais, minimizando o uso de outras fontes de combustíveis não-renováveis.

Em 2009, continuaram as obras de instalação de uma Turbina de Recuperação da Pressão dos Gases do Topo do Alto Forno 3, que possibilitará a reutilização dos gases, resultando no aumento de 20 MW na geração de energia na usina Presidente Vargas.

ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL

Com a privatização, a CSN acabou herdando passivos ambientais da administração anterior. De forma contínua, realiza trabalhos de análise e recuperação dessas áreas degradadas. Em 2009, foram provisionados **R\$ 116,3 milhões** para fazer frente a esses passivos, montante 39% superior ao ano anterior, de R\$ 71,3 milhões. Trata-se de obrigações estabelecidas por meio de instrumento administrativo ou judicial, bem como riscos para quitar custos de remediação, indenizações, sanções ou compensações pecuniárias.

Em Santa Catarina, a recuperação ambiental conduzida pela CSN em áreas impactadas pela mineração de carvão entre 1940 e 1980 é considerada referência para outros projetos em locais afetados por essa atividade exploratória. Foram recuperados 461 hectares de área e outros 70 hectares estão em fase de recuperação. Dentre as ações adotadas, destacam-se a implementação de redes de drenagem superficial, com 17,7 mil metros lineares de canaletas e escadarias; o semeio de 11,4 toneladas de sementes de herbáceas e arbustivas pioneiras; e o plantio de 21.770 mudas de árvores.

A CSN mantém 1.549 hectares como Áreas de Preservação Permanente (APP) e outros 1.336 hectares como Área de Reserva Legal (ARL). Há ainda a Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Floresta da Cicuta, em Volta Redonda (RJ).

A Companhia administra também outras áreas de proteção ambiental com aproximadamente 1.414 hectares no total: Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN) Casa de Pedra e da Jurema, ambas em Congonhas (MG), e Floresta GalvaSud, em Porto Real (RJ).

Em 2009, a Mineração Arcos (MG), realizou o plantio de 60 mil mudas de espécie nativas na região, na segunda etapa de recomposição de Reserva Legal. Mais 60 mil mudas serão plantadas em 2010.

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A CSN mantém diversos programas de controle e de mitigação de impactos ambientais vinculados aos processos de licenciamento de suas operações, em especial dos projetos de expansão, como a ampliação da mina Casa de Pedra (MG) e a nova fábrica de cimentos, no Rio de Janeiro. Entre as iniciativas, há programas de reabilitação de áreas degradadas, controle de processos erosivos, planejamento de atividades de desmate de áreas a serem utilizadas e de conservação, monitoramento e resgate da flora e da fauna. Todas as atividades contam com equipe de técnicos para viabilizar alternativas que minimizem os impactos ambientais, desde o gerenciamento e destinação de resíduos até o monitoramento da qualidade do ar e do nível de ruído.

As licenças ambientais obtidas em 2009 contemplaram os seguintes empreendimentos estratégicos da CSN:

- LICENÇA DE OPERAÇÃO PARA EXPLORAÇÃO DE ATÉ 30 MTPA DE MINÉRIO DE FERRO NA CASA DE PEDRA (MG);
- LICENÇAS DE INSTALAÇÃO DA FERROVIA TRANSNORDESTINA REFERENTES AOS TRECHOS: ELISEU MARTINS (PI) - TRINDADE (PE); SALGUEIRO (PE) - SUAPE (PE) E MISSÃO VELHA (CE) - PECÉM(CE); E
- AUTORIZAÇÃO PARA A PRÉ-OPERAÇÃO DA PRIMEIRA FÁBRICA DE CIMENTOS DO GRUPO CSN (RJ).

FERROVIA TRANSNORDESTINA

Com a implementação da Ferrovia Transnordestina, a CSN busca não somente ampliar as soluções de logística para o Nordeste, mas cooperar com o desenvolvimento regional. Trata-se de uma **ferrovia classe mundial com 1.728 Km de linhas novas**, que acessa os portos de Suape (PE) e Pecém (CE), a fim de facilitar o comércio com os Estados Unidos e a Europa. Segundo estudo divulgado pelo Banco do Nordeste, a ferrovia irá gerar, em toda a cadeia produtiva, cerca de 500 mil novos empregos. Para a Companhia, a implementação de programas socioambientais transcende o cumprimento legal, desafiando a execução de ações concretas de mudança diante das dificuldades regionais.

A gestão ambiental das obras da Ferrovia Transnordestina está sendo conduzida como um processo único, que visa ao gerenciamento das ações interdependentes e decorrentes das obras. Para tanto, a Transnordestina Logística contratou uma equipe interdisciplinar, que permanece em tempo integral no local, para supervisionar e fiscalizar as obras, cumprindo com as exigências legais e articulando a implementação dos programas ambientais.

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

A Companhia considera essencial que sua política de responsabilidade ambiental seja transparente e clara para as comunidades do entorno. A Linha Verde CSN (0800-2824440) é um atendimento telefônico gratuito que fica à disposição da sociedade para receber reclamações, críticas e/ou sugestões em relação aos assuntos ambientais da Companhia.